

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

LUIZ FELIPE GOMES CARDOSO

O LIVRE ARBÍTRIO NA PERSPECTIVA ÉTICA DE SANTO
AGOSTINHO

TERESINA-PI

2024

LUIZ FELIPE GOMES CARDOSO

**O LIVRE ARBÍTRIO NA PERSPECTIVA ÉTICA DE SANTO
AGOSTINHO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia, do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, para obtenção do título de Licenciado.

Orientador: Prof. Me. Aluizio Oliveira de Souza.

TERESINA-PI

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Cardoso, Luiz Felipe Gomes Cardoso

C2681 O livre arbítrio na perspectiva ética de Santo Agostinho. / Luiz Felipe Gomes Cardoso. - 2024.

73 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Católico de Estudos Superiores - ICESPI, Curso de Licenciatura em Filosofia, Teresina, 2024.

Orientador : Prof^o. Me. Aluizio Oliveira de Souza

1. Livre-arbítrio 2. Ética Agostiniana 3. Virtudes 4. Santo Agostinho I.Título.

CDD – 100

Elaborado por Ana Paula Ribeiro da Silva CRB- 3/1704

LUIZ FELIPE GOMES CARDOSO

**O LIVRE ARBÍTRIO NA PERSPECTIVA ÉTICA DE SANTO
AGOSTINHO**

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

Curso de Licenciatura em Filosofia

Data de aprovação: _____ de _____ de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Aluizio Oliveira de Souza
Orientador

Prof. Dr. Oldênia Fonseca Guerra
Primeiro examinador

Prof. Me. Pe. Cristiano Batista de Moraes
Segundo examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Pai Celestial pelas chances e privilégios que me foram concedidos em compartilhar tal experiência e, ao participar deste curso, notar a relevância dos temas que não faziam parte, cotidianamente, da minha vida.

À todos os professores, pela atenção, carinho, paciência e dedicação que nos demonstraram durante este curso.

À minha querida diocese de Bom Jesus do Gurguéia, que, através do nosso pastor diocesano Dom Marcos Antônio Tavoni e meu pároco Pe. José Dino, sempre acreditaram na minha vocação, que por meio da caminhada e da vida em comunidade vim demonstrando, ao longo do tempo, através de uma participação ativa e comprometida com a comunidade de fé situada em nossa diocese.

Agradeço também à minha família, pela compreensão, apoio, paciência e orações durante esse longo e belo percurso de aprendizagem; sobretudo, aos meus avós paternos, que sempre se fizeram presentes em minha vida durante essa etapa de minha formação e, na pessoa deles, agradeço também a todo o povo de Deus, os leigos e leigas que sempre vem caminhando e me ajudando para que nada possa me faltar durante o tempo em que estou me dedicando à formação.

Agradeço à Família Saraiva, Família Feitosa, Família Pereira Dias, Família Nepomuceno e todos aqueles que foram canais para que eu pudesse chegar até a conclusão do meu primeiro curso superior.

E, finalmente, aos meus colegas de classe e aos meus irmãos de diocese pelo apoio e palavras de conforto, pela ajuda nas atividades acadêmicas e por estarem sempre à disposição neste percurso, tornando-o mais fácil de vencer.

Dedico este trabalho aos meus familiares pela confiança e fé depositada. Aos meus amigos próximos pela ajuda e apoio. Aos professores que estiveram à disposição de sempre ensinar. Ao orientador pela eficiência demonstrada e paciência ofertada durante a execução do trabalho. Por fim, a todas as pessoas que contribuíram para tornar mais fácil este caminho.

Felicidade é como uma borboleta: quanto mais você tenta apanhá-la, mais ela se afasta de você. Mas se você dirigir sua atenção para outras coisas, ela virá e pousará suavemente no seu ombro.

(Henry Thoreau)

RESUMO

Este trabalho aborda o conceito de livre-arbítrio na perspectiva ética de Santo Agostinho, enfatizando sua relevância para a compreensão da moralidade e da liberdade humana. O estudo foi dividido em três capítulos, analisando inicialmente a ética agostiniana, com destaque para a relação entre virtudes e a busca pela verdadeira felicidade, centrada na união com Deus. Em seguida, o conceito de livre-arbítrio é explorado, evidenciando a luta entre a vontade humana corrompida pelo pecado original e a necessidade da graça divina para alcançar o bem. Por fim, o trabalho discute como as virtudes, especialmente as teologais — fé, esperança e caridade —, são fundamentais para se viver a verdadeira liberdade, orientada pelo amor a Deus e ao próximo. A pesquisa destaca a importância da graça divina como elemento essencial para o exercício pleno do livre-arbítrio, uma vez que, segundo Agostinho, a vontade humana por si só é insuficiente para garantir a prática do bem. O trabalho também reflete sobre a contribuição da ética agostiniana para o pensamento moral cristão e sua influência duradoura nos debates éticos contemporâneos. Conclui-se que, para Agostinho, a verdadeira liberdade só é alcançada quando o ser humano, guiado pela graça, pratica as virtudes e vive em comunhão com Deus, superando as inclinações ao mal e buscando a verdadeira felicidade.

Palavras-chave: livre-arbítrio; ética agostiniana; virtudes teologais.

ABSTRACT

This work addresses the concept of free will from the ethical perspective of Saint Augustine, emphasizing its relevance for understanding morality and human freedom. The study is divided into three chapters, initially analyzing Augustine's ethics, with a focus on the relationship between virtues and the pursuit of true happiness, centered on union with God. Next, the concept of free will is explored, highlighting the struggle between the human will corrupted by original sin and the need for divine grace to achieve good. Finally, the work discusses how virtues, especially the theological virtues—faith, hope, and charity—are fundamental for living true freedom, guided by love for God and neighbor. The research highlights the importance of divine grace as an essential element for the full exercise of free will, as, according to Augustine, human will alone is insufficient to ensure the practice of good. The work also reflects on the contribution of Augustine's ethics to Christian moral thought and its lasting influence on contemporary ethical debates. It concludes that, for Augustine, true freedom is only achieved when human beings, guided by grace, practice virtues and live in communion with God, overcoming inclinations to evil and seeking true happiness.

Keywords: free will; augustinian ethics; theological virtues.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O LIVRE-ARBÍTRIO NA FILOSOFIA DE SANTO AGOSTINHO.....	10
1.1 A FUNDAMENTAÇÃO DA ÉTICA EM SANTO AGOSTINHO.....	15
1.2 A CONCEPÇÃO DE MAL E PECADO EM SANTO AGOSTINHO.....	19
1.3 VIRTUDES E O BEM SUPREMO.....	22
1.4 A RELAÇÃO ENTRE LIVRE-ARBÍTRIO E RESPONSABILIDADE MORAL ...	26
2 O LIVRE-ARBÍTRIO NA PERSPECTIVA ÉTICA DE SANTO AGOSTINHO	30
2.1 O CONCEITO DE LIVRE-ARBÍTRIO NA FILOSOFIA AGOSTINIANA	30
2.2 LIVRE-ARBÍTRIO E O PROBLEMA DO MAL.....	34
2.3 O LIVRE-ARBÍTRIO E O PECADO ORIGINAL.....	38
2.4 O PAPEL DA GRAÇA NO LIVRE-ARBÍTRIO	43
3 AS VIRTUDES E A LIBERDADE EM SANTO AGOSTINHO.....	48
3.1 A DEFINIÇÃO DE VIRTUDE EM SANTO AGOSTINHO.....	48
3.2 A LIBERDADE ATRAVÉS DA PRÁTICA DAS VIRTUDES	52
3.3 AS VIRTUDES TEOLOGAIS E O AMOR EM SANTO AGOSTINHO.....	56
3.4 A TRANSFORMAÇÃO INTERIOR PELA GRAÇA.....	59
3.5 A TRANSFORMAÇÃO INTERIOR PELA GRAÇA: VIRTUDES E LIBERDADE	
61	
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

O livre arbítrio na perspectiva da ética é um tema importante que está presente na filosofia agostiniana. Na obra *O livre-arbítrio*, Santo Agostinho traz aqueles que serão os fundamentos para a compreensão dessa temática. Desse modo, surge a seguinte problemática desta pesquisa, a saber: como conciliar a ideia de que o ser humano possui a capacidade de fazer escolhas livres com a crença na onipotência de Deus e na predestinação divina?

Agostinho apresenta uma abordagem singular sobre *O livre-arbítrio* que se enraíza em sua profunda reflexão sobre a natureza humana, o pecado e a graça divina. Sua perspectiva ética lança discernimento sobre uma série de questionamentos complexos, os quais constituem o cerne da problemática que investigaremos.

O que me levou a escolher o referido tema foram as aulas de filosofia medieval outrora cursadas. As linhas que Santo Agostinho traça acerca de sua concepção sobre o livre-arbítrio muito me encanta. E é sobre a referida questão em pauta que pretendo estudar e apresentar neste trabalho.

A relevância desta temática se manifesta em diferentes níveis, principalmente em compreender o pensamento agostiniano sobre essa questão que nos permite adentrar em uma das correntes mais influentes do pensamento cristão e filosófico ocidental. Além disso, suas reflexões continuam a suscitar debates e estudos nos dias atuais, em especial no contexto da filosofia ética. Essa investigação reside na necessidade de esclarecermos conceitos éticos fundamentais, como liberdade, responsabilidade e graça, à luz da tradição agostiniana.

Para fins didáticos e para uma melhor compreensão, essa discussão será dividida em três capítulos: o primeiro tratará da ética agostiniana. No segundo capítulo, será abordado o entendimento acerca do livre-arbítrio. E o terceiro apresentará as virtudes como caminho para se viver a liberdade. Assim, ao explorar o estudo do livre arbítrio na ética segundo Santo Agostinho, proponho-me não apenas a desvendar os mistérios que envolvem essa discussão, mas, igualmente, estimular um diálogo enriquecedor entre a tradição agostiniana e os desafios éticos contemporâneos.

1 O LIVRE-ARBÍTRIO NA FILOSOFIA DE SANTO AGOSTINHO

A reflexão ética desempenha um papel fundamental na obra de Santo Agostinho, um dos mais influentes pensadores da tradição cristã. Ao longo de sua vida e escritos, Agostinho desenvolveu uma visão “complexa e profundamente enraizada sobre a natureza da moralidade, o papel da vontade humana e a busca pela verdadeira felicidade” (Agostinho, 2012, p. 48). Sua abordagem ética é moldada por uma síntese única de filosofia grega, especialmente platônica, e doutrinas cristãs, destacando-se por sua ênfase na busca da virtude como um caminho para a união com Deus.

Na filosofia de Agostinho, sobretudo no capítulo primeiro da obra *O livre-arbítrio*, com o objetivo de esclarecer as heresias da época existente nas correntes de pensamentos do maniqueísmo e pelagianismo, Agostinho trata sobre o problema do mal partindo do pressuposto da bondade de Deus que, segundo ele, é o bem supremo e, sendo ele esse bem, não poderia originar-se dele algo ruim. Isso para dizer que toda a criação, assim como também o livre-arbítrio, era um bem concedido por Deus para um fim que seria a prática das virtudes e que o desvio desse bem levaria o homem ao pecado.

Para o bispo de Hipona, o mal não é uma substância. Podemos chegar a essa conclusão a partir dos seus escritos na obra *Confissões*, na qual ele diz: “procurei o que era a maldade e não encontrei substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema” (Santo Agostinho, 1973, p. 142). Desse modo, pode-se perceber que a real intenção de ser dado o livre-arbítrio ao homem é unicamente torná-lo reto (Agostinho, 1973).

Para Santo Agostinho (2012), a ética é fundamentalmente uma busca pela felicidade verdadeira e duradoura, que ele acreditava ser encontrada na união com Deus. Ele via a ética como inseparável da teologia, argumentando que a verdadeira virtude só poderia ser alcançada através da graça divina e da orientação do Espírito Santo.

Para Agostinho, a fonte do mal reside na vontade humana desordenada, que se afasta de Deus e busca a satisfação dos desejos terrenos. Ele via a virtude como o remédio para essa desordem, defendendo que a verdadeira liberdade só é alcançada quando a vontade é dirigida para o Bem supremo, ou seja, Deus. Assim, a ética para Agostinho é um caminho de transformação interior, no qual a alma é

purificada e elevada em direção à união com Deus. Essa visão profundamente religiosa da ética moldou significativamente o pensamento moral no contexto cristão e continua a influenciar as discussões éticas até os dias atuais (Conke, 2024).

Santo Agostinho aborda a ética em várias de suas obras. Em uma das passagens mais conhecidas do seu livro *A Cidade de Deus*, ele ressalta:

O amor é o peso e a medida da nossa vida, e segundo o amor que tivermos, seremos leves ou pesados na presença de Deus. Quanto menos amamos, mais pesados somos; quanto mais amamos, mais leves somos. E o amor é a vida dos céus (Agostinho, 2012, p.128).

Nesta passagem, Agostinho destaca a importância do amor como princípio orientador da vida ética, sugerindo que a medida de nossa proximidade com Deus está relacionada à intensidade e qualidade de nosso amor.

Para Agostinho, “o livre arbítrio era um elemento fundamental na compreensão da natureza humana e da relação entre o homem e Deus” (Agostinho, 1995, p.74) e estava intrinsecamente ligado à questão do pecado e da moralidade. Agostinho acreditava que, embora Deus tenha criado os seres humanos com livre arbítrio, essa liberdade estava comprometida pelo pecado original. Assim, a vontade humana tornou-se enfraquecida e inclinada ao pecado (Agostinho, 1995).

No entanto, Agostinho (1995) não via o livre-arbítrio como uma liberdade absoluta. Ele argumentava que a verdadeira liberdade humana só poderia ser encontrada ao escolher o bem, que são inerentemente ligados à vontade de Deus. Portanto, o livre arbítrio não significava simplesmente a capacidade de escolher entre o bem e o mal, mas sim a capacidade de escolher o bem como resultado de uma vontade transformada pela graça divina. Nesse sentido, ele defendia que a liberdade humana estava intimamente ligada à graça divina, que capacitava os seres humanos a escolherem o caminho do bem e a se afastarem do pecado. Ele via a graça como uma intervenção de Deus na vontade humana, capacitando os indivíduos a agirem em conformidade com a vontade divina.

A questão mais comum sobre a relação entre o mal moral e o livre-arbítrio é que, uma vez que Deus é livre e sem pecado, por que Ele não criou o homem livre? Isso aparece na pergunta de Evódio em sua discussão com Agostinho no Diálogo sobre o Livre Arbítrio e é indicado pelas seguintes palavras:

Mas quanto a esse mesmo livre arbítrio, o qual estamos convencidos de ter o poder de nos levar ao pecado, pergunto-me se aquele que nos criou fez

bem de no-lo ter dado. Na verdade, parece que não pecaríamos se estivéssemos privados dele, e é para se temer que, nesse caso, Deus mesmo venha a ser considerado o autor de nossas más ações (Agostinho, 1995, I,16,35b).

O autor passa então a procurar pela origem do que chama de “mal moral”, aquele que nós mesmos cometemos. Esta origem não pode remeter a um ente metafísico, pois isto feriria a onipotência de Deus; não pode remeter a Deus, já que comprometeria sua bondade; e, pelo mesmo motivo, o mal não pode estar no corpo e nos demais seres criados. A única ação divina sobre a vontade humana que Agostinho admite neste ponto de sua obra é a justiça, isto é, a pena e o castigo decorrentes das más escolhas e a benevolência decorrente das boas. A presciência indica Deus como um justo juiz que vê as ações humanas e age em função delas, porém, não para impedi-las, mas para julgá-las. Assim, “Deus prevê tudo de que ele mesmo é o autor, sem, contudo, ser o autor de tudo o que prevê. Mas dos atos maus, de que não é o autor, ele é justo punidor” (Agostinho, 1995, p. 4-10).

Em *O Livre-Arbítrio*, Agostinho (1995, p. 142-3) afirma o mal como sendo a ausência de Deus. Este decorre da opção do ser humano por um caminho que o afaste do bem. Assim, surge a ideia de livre-arbítrio como aquilo que confere ao ser humano a vontade livre de decidir seguir um ou outro caminho. Logo, a fonte do mal é o próprio ser humano, que, por livre decisão, afasta-se de Deus e, conseqüentemente, cria o mal. Esta diferenciação entre o bem e o mal foi de fundamental importância para que pudesse haver uma formulação de dois conceitos que estruturam a noção de livre-arbítrio: a retidão e o pecado.

Santo Agostinho dedicou grande parte de sua obra à compreensão do livre-arbítrio, fundamentando sua interpretação em uma robusta estrutura ética que continua a ser objeto de estudo em diversas disciplinas, incluindo filosofia, teologia e ética. A relevância de suas ideias para o desenvolvimento posterior do pensamento ocidental é incontestável, refletindo-se em debates contemporâneos sobre moralidade, ética e a natureza humana (O'Donnell, 2005).

Agostinho nasceu em 354 d.C. em Tagaste, uma pequena cidade na província romana da Numídia. Sua formação inicial em retórica pavimentou o caminho para seu posterior engajamento com questões de cunho filosófico e teológico de alta complexidade. A conversão ao Cristianismo, após anos de adesão ao Maniqueísmo, marca um ponto de virada em sua vida e obra, levando-o a reexaminar conceitos como o do livre-arbítrio, à luz da fé cristã (Brown, 2000).

No coração da filosofia agostiniana está a noção de que o livre-arbítrio é fundamental para a compreensão da natureza humana. Agostinho argumentava que, embora o homem seja capaz de escolher suas ações livremente, a verdadeira liberdade só é alcançada através da submissão à vontade de Deus, que direciona o homem para o bem supremo. Este conceito é explorado em profundidade em suas obras, como em *De libero arbitrio* (Agostinho, 1992).

Um dos maiores contributos de Agostinho para a discussão do livre-arbítrio é sua abordagem ao problema do mal. Para Agostinho, o mal não possui existência real, sendo antes uma privação do bem. O livre-arbítrio permite aos seres humanos escolher o bem, alinhado com a vontade divina, ou afastar-se dele, o que resulta em mal e sofrimento. Esta perspectiva é detalhadamente discutida em sua análise do Gênesis e da queda do homem, simbolizando a ruptura inicial com Deus provocada pelo uso inadequado do livre-arbítrio (Fitzgerald, 1999).

A interação entre a graça divina e o livre-arbítrio também é um tema central na obra de Agostinho. Ele postulava que, sem a graça de Deus, o livre-arbítrio do homem está comprometido pelo pecado. Portanto, a salvação e a capacidade de escolher o bem de forma consistente dependem não só da vontade humana, mas também do auxílio divino, um conceito que ele explora através de sua própria experiência de conversão, como relatado nas *Confissões* (Agostinho, 1998).

Para ampliar o debate sobre o livre-arbítrio na perspectiva ética de Santo Agostinho, é crucial inserir a análise de estudiosos contemporâneos que enriqueceram a discussão ao longo dos anos. A filosofia agostiniana, especialmente sua reflexão sobre a moralidade e o papel do livre-arbítrio, tem sido objeto de estudo de vários pensadores. John M. Rist, um dos principais estudiosos da obra de Agostinho, oferece uma abordagem filosófica detalhada das implicações morais do livre-arbítrio. Rist (1994) afirma que o conceito de livre-arbítrio em Agostinho transcende o mero ato de escolha, sendo uma ferramenta para o crescimento espiritual, uma vez que capacita o ser humano a participar do plano divino. Segundo ele, “a liberdade agostiniana é o ponto de encontro entre a filosofia clássica e a revelação cristã, onde o uso correto do livre-arbítrio permite a aproximação de Deus” (Rist, 2013, p. 85).

Essa perspectiva de Rist complementa o entendimento de que, para Agostinho, a verdadeira liberdade está condicionada à orientação da vontade para o bem supremo, ou seja, Deus. Nesse sentido, Robert Dodaro (2005), especialista em ética

e moralidade em Agostinho, destaca que o livre-arbítrio agostiniano não pode ser compreendido de forma isolada do conceito de graça divina. Segundo Dodaro, a visão de Agostinho sobre o livre-arbítrio é que ele só é pleno quando guiado pela graça, uma vez que a queda do homem enfraqueceu sua capacidade de escolher o bem. Ele afirma que “a liberdade sem a graça é uma liberdade ilusória, pois o homem se encontra preso às suas inclinações pecaminosas” (Dodaro, 2012, p. 102).

Assim, Rist (1994) e Dodaro (2005) corroboram a visão de Agostinho de que o livre-arbítrio não é suficiente para garantir uma vida virtuosa sem a intervenção divina. O uso inadequado dessa liberdade pode resultar no mal, visto por Agostinho não como uma força autônoma, mas como a ausência de bem. Para entender essa relação entre o livre-arbítrio e a inclinação ao mal, Jean-Luc Marion (1995) ressalta que o mal, na filosofia agostiniana, é uma “distorção da vontade”, algo que surge quando o ser humano se afasta do Bem supremo. Marion aponta que “para Agostinho, o mal não é uma criação de Deus, mas um vazio, uma carência de bondade, que se manifesta quando o homem utiliza sua liberdade para se afastar de Deus” (Marion, 1995, p. 76).

Adicionalmente, é interessante observar como a filosofia agostiniana sobre o livre-arbítrio é interpretada à luz da ética cristã. Segundo Eleonore Stump (2001), Agostinho oferece uma base sólida para a moral cristã, em que o livre-arbítrio é essencial para a responsabilidade moral, mas está profundamente interligado com a necessidade da graça para alcançar a verdadeira liberdade. Stump argumenta que “o pensamento agostiniano estabelece um equilíbrio entre a liberdade humana e a soberania divina, em que a graça é o fator determinante que redime a liberdade humana de sua inclinação ao pecado” (Stump, 2001, p. 134).

Esse equilíbrio entre liberdade e graça é um tema recorrente na obra de Agostinho, que permeia sua visão de moralidade e ética. Matthew Levering (2010) reforça a importância da graça no pensamento de Agostinho argumentando que a salvação é um processo que envolve tanto o livre-arbítrio quanto a ação contínua da graça divina. Levering afirma que “a graça não elimina a liberdade humana, mas a fortalece, permitindo que o homem busque o bem e se distancie do mal” (Levering, 2010, p. 187).

A contribuição de Agostinho para a discussão sobre o livre-arbítrio, especialmente em relação à moralidade cristã, continua a ser relevante em debates éticos contemporâneos. Phillip Cary (2008) explora essa relevância ao afirmar que a compreensão agostiniana do livre-arbítrio molda a noção de responsabilidade moral

no contexto cristão. Segundo Cary, “a capacidade de escolher entre o bem e o mal, em Agostinho, é o fundamento da moralidade cristã, pois sem essa liberdade, o homem não poderia ser responsabilizado por suas ações” (Cary, 2008, p. 221).

Em suma, o livre-arbítrio na filosofia de Santo Agostinho é mais do que uma simples capacidade de escolha, é o alicerce da ética cristã no qual a liberdade encontra seu verdadeiro propósito na conformidade com a vontade divina. Os estudiosos contemporâneos, como John M. Rist, Robert Dodaro, Jean-Luc Marion, Eleonore Stump, Matthew Levering e Phillip Cary, têm contribuído significativamente para o entendimento desse conceito, destacando a complexidade da relação entre liberdade, graça e moralidade. Ao integrar a filosofia clássica com as doutrinas cristãs, Agostinho oferece uma visão profundamente teológica e ética do livre-arbítrio que continua a influenciar o pensamento filosófico e teológico até os dias atuais.

1.1 A FUNDAMENTAÇÃO DA ÉTICA EM SANTO AGOSTINHO

Santo Agostinho desenvolve sua ética com base em uma visão profundamente teológica, sendo Deus o centro de todas as coisas. Segundo ele, o ser humano foi criado para amar e buscar a Deus, que é o bem supremo. Toda a estrutura ética agostiniana se baseia na ideia de que “a verdadeira felicidade só pode ser encontrada em Deus, e qualquer tentativa de encontrar a felicidade em coisas terrenas é um erro moral” (Agostinho, 1997, p. 45).

Agostinho acredita que o bem e o mal não são entidades ou forças opostas, mas que o mal é uma ausência ou privação de bem. Ele desenvolve o conceito de *privatio boni*, ou seja, a ideia de que “o mal não tem uma existência substancial, mas é uma deformação do bem” (Agostinho, 2002, p. 93). Essa noção é central para a compreensão da fundamentação da ética.

Para Agostinho, a vida ética é uma jornada em direção a Deus. Ele defende que os seres humanos devem ordenar suas vidas de acordo com o amor a Deus e que esse amor deve ser o princípio orientador de todas as decisões e ações. Ele argumenta que “o pecado ocorre quando o ser humano ama coisas temporais ou finitas mais do que a Deus, o que desordena sua vida” (Gilson, 2001, p. 53).

Essa desordem moral é um reflexo da queda do ser humano. Após o pecado original, a natureza humana foi corrompida, e a vontade se tornou inclinada ao mal. No entanto, Agostinho defende que o livre-arbítrio não foi destruído pelo pecado, mas apenas enfraquecido, de modo que o ser humano ainda

pode escolher o bem, embora precise da ajuda da graça divina para fazê-lo (Agostinho, 2003, p. 84).

A visão agostiniana sobre a ética desafia as noções contemporâneas de moralidade, que muitas vezes colocam o foco na autonomia individual e na liberdade de escolha. Agostinho nos lembra que a verdadeira liberdade só pode ser encontrada na conformidade com o bem supremo, que é Deus. A ideia de que o mal é uma ausência de bem, e não uma força independente, também nos oferece uma visão profundamente esperançosa sobre o ser humano, pois sugere que o mal pode ser superado por meio da orientação para o bem.

A ética de Agostinho é intrinsecamente ligada à sua visão teológica do mundo. Para ele, o bem moral é aquele que nos aproxima de Deus, enquanto o mal moral é aquilo que nos afasta Dele. Essa perspectiva coloca a questão da ética em um patamar superior, não se limitando apenas às interações humanas, mas envolvendo uma relação vertical entre o ser humano e Deus (Agostinho, 1997).

A ideia de que o amor desordenado é a raiz do pecado é uma contribuição significativa de Agostinho para a filosofia moral. Ele argumenta que “os seres humanos devem amar a Deus acima de todas as coisas, e que o amor às coisas terrenas só é legítimo quando está subordinado ao amor a Deus” (Gilson, 2001, p. 76). Esse é um ponto crucial da ética agostiniana, pois implica que todas as ações humanas devem ser ordenadas de acordo com esse princípio.

Outro aspecto importante da ética de Agostinho é a relação entre a vontade e a graça. Ele defende que, embora o ser humano tenha livre-arbítrio, ele não pode fazer o bem de forma plena sem a ajuda da graça de Deus. “A graça, para Agostinho, é essencial para que a vontade humana seja restaurada e capacitada a agir de acordo com o bem” (Agostinho, 2003, p. 92).

A concepção de Agostinho sobre o papel da graça na vida ética nos lembra que a moralidade não é uma construção puramente humana. Em um mundo onde a autonomia individual é frequentemente exaltada, a visão de Agostinho nos desafia a reconhecer nossa dependência de algo maior, ou seja, da graça divina. Essa dependência não diminui a liberdade humana, mas a potencializa, permitindo que o ser humano alcance sua verdadeira vocação moral.

Para Santo Agostinho, o livre-arbítrio é central para a vida ética, pois, sem ele, o ser humano não seria responsável por suas ações. No entanto, essa “liberdade é condicionada pela inclinação ao pecado, que é resultado da corrupção da natureza

humana” (Agostinho, 1997, p. 89).

Agostinho distingue entre dois tipos de liberdade: a *Liberum Arbitrium* e a *libertas*. O *liberum arbitrium* é a liberdade de escolha, que todos os seres humanos possuem, enquanto a *libertas* é a verdadeira liberdade, que só pode ser alcançada com a ajuda da graça divina. A verdadeira liberdade, segundo Agostinho, é “a liberdade de fazer o bem de forma contínua e sem obstáculos” (Gilson, 2001, p. 89).

A distinção entre *Liberum Arbitrium* e *libertas* nos oferece uma compreensão mais profunda da liberdade. Muitas vezes, pensamos na liberdade apenas como a capacidade de escolher entre diferentes opções, mas Agostinho nos lembra que a verdadeira liberdade é a capacidade de fazer o bem de forma consistente. Essa visão desafia as concepções modernas de liberdade, que frequentemente enfatizam a autonomia e a ausência de restrições externas.

Para ampliar o debate sobre a fundamentação ética em Santo Agostinho, é necessário considerar contribuições contemporâneas que analisam e complementam a visão agostiniana. John M. Rist, por exemplo, discute amplamente a noção de moralidade em Agostinho, destacando que a busca pela felicidade está intrinsecamente ligada à união com Deus. Segundo Rist (1994), “a verdadeira felicidade, na perspectiva agostiniana, só pode ser alcançada quando o ser humano reconhece que a satisfação plena não está nas coisas temporais, mas no eterno, ou seja, em Deus” (Rist, 2013, p. 102). Isso reforça a ideia de que a ética agostiniana é teocêntrica, em que Deus é o bem supremo e qualquer afastamento Dele representa desordem moral.

A análise de Rist (1994) é complementada por Robert Dodaro, que explora como Agostinho concebe o papel do livre-arbítrio e da graça na vida moral. Dodaro (2005) destaca que, para Agostinho, o livre-arbítrio não é destruído pelo pecado original, mas é debilitado. Ele afirma que “a graça divina é o que restaura a capacidade humana de agir moralmente, guiando a vontade para o bem” (Dodaro, 2012, p. 75). Essa visão ressalta que, embora o ser humano tenha liberdade de escolha, ele só pode alcançar a verdadeira liberdade ao se submeter à graça de Deus, o que ecoa a distinção entre *Liberum Arbitrium* e *libertas* proposta por Agostinho.

Jean-Luc Marion (1995) também contribui para o entendimento do conceito de *privatio boni*, defendido por Agostinho, ao explicar que o mal não tem substância própria, mas é uma ausência do bem. Para Marion, “Agostinho oferece uma resposta ao problema do mal ao afirmar que o ser humano, ao se afastar de Deus, cria uma

falta, uma ausência de bem, que chamamos de mal" (Marion, 1995, p. 80). Esse ponto é essencial para compreender a visão agostiniana de que o mal moral surge quando o ser humano orienta sua vontade para desejos terrenos em vez de buscar a Deus.

Eleonore Stump (2001) aprofunda a discussão sobre a relação entre vontade e graça em Agostinho. Stump argumenta que "Agostinho vê a graça não como uma anulação do livre-arbítrio, mas como um elemento essencial para sua correta operação" (Stump, 2001, p. 123). A liberdade, na visão agostiniana, não é apenas a capacidade de escolha, mas a habilidade de escolher o bem continuamente, o que só é possível por meio da graça divina.

A contribuição de Matthew Levering (2010) sobre a ética agostiniana também merece destaque. Ele ressalta que a moralidade em Agostinho é inseparável de sua visão teológica. Levering (2010) afirma que "a ética agostiniana é fundamentada na ordenação da vontade humana ao bem supremo, que é Deus, e qualquer desvio dessa ordenação leva à desordem moral" (Levering, 2010, p. 99). Essa perspectiva reflete a centralidade de Deus na moralidade agostiniana, em que a prática do bem não é apenas uma questão de escolha humana, mas de conformidade com a vontade divina.

Além disso, Phillip Cary (2008) explora a ideia de amor desordenado como raiz do pecado na obra de Agostinho. Cary argumenta que "para Agostinho, o pecado surge quando o ser humano ama mais as coisas criadas do que o Criador" (Cary, 2008, p. 211). Essa desordem do amor é o que leva à corrupção da vontade e à inclinação ao mal. No entanto, a graça de Deus tem o poder de restaurar essa ordem, permitindo que o ser humano ame de maneira correta e, assim, viva de acordo com o bem.

Por fim, James Wetzel (2012) reflete sobre a distinção entre *Liberum Arbitrium* e *libertas*. Ele destaca que "Agostinho vê o *Liberum Arbitrium* como uma liberdade limitada à escolha, enquanto a *libertas* é a liberdade plena de fazer o bem consistentemente, algo que só pode ser alcançado com a ajuda da graça divina" (Wetzel, 2012, p. 57). Essa distinção é crucial para entender a ética agostiniana, pois ela enfatiza que a verdadeira liberdade é a capacidade de viver de acordo com a vontade de Deus e não apenas a possibilidade de escolha entre o bem e o mal.

Esses autores, como John M. Rist, Robert Dodaro, Jean-Luc Marion, Eleonore Stump, Matthew Levering, Phillip Cary e James Wetzel, contribuem significativamente para o aprofundamento da compreensão da ética agostiniana. Ao integrar elementos filosóficos e teológicos, eles reforçam a visão de que, para Agostinho, a ética está

profundamente enraizada na relação entre o ser humano e Deus. Nessa perspectiva, a graça é o que capacita o exercício pleno do livre-arbítrio e a vivência das virtudes.

1.2 A CONCEPÇÃO DE MAL E PECADO EM SANTO AGOSTINHO

Santo Agostinho propôs uma visão singular sobre o mal, fundamentada na ideia de *privatio boni*, ou seja, na ideia de que o mal não possui existência substancial, mas é a ausência do bem. “Isso se opõe a visões dualistas, como o maniqueísmo, que consideravam o mal como uma força autônoma” (Agostinho, 2002, p. 111). Essa visão teológica tem implicações significativas para a ética, pois coloca a responsabilidade moral diretamente sobre o ser humano, que deve escolher o bem para evitar o mal.

Agostinho sustenta que todo o mal no mundo é resultado do pecado humano, que se originou com o pecado original de Adão e Eva. Esse ato de desobediência corrompeu a natureza humana, inclinando-a ao mal. No entanto, ele argumenta que “o ser humano ainda possui livre-arbítrio e pode escolher o bem, mas para isso precisa da graça divina” (Gilson, 2001, p. 71).

O pecado, para Agostinho, não é apenas uma violação das leis divinas, mas uma distorção da ordem natural estabelecida por Deus. Ele descreve “o pecado como uma espécie de desordem moral, em que o ser humano busca satisfazer seus desejos terrenos em vez de se orientar para o bem supremo, que é Deus” (Agostinho, 1997, p. 112). Essa visão do pecado como uma desordem é central para a compreensão da ética agostiniana.

Agostinho (2002) também reflete sobre a questão do mal moral e natural. Ele argumenta que o mal moral é resultado da escolha humana pelo pecado, enquanto o mal natural, como desastres e doenças, é uma consequência da queda do ser humano. No entanto, ele sustenta que Deus permite o mal natural como uma forma de testar a fé humana e promover o crescimento espiritual.

A visão de Agostinho sobre o mal como ausência do bem nos leva a refletir sobre a natureza da moralidade. Se o mal não possui uma existência substancial, isso significa que o ser humano é sempre responsável por suas escolhas e que a orientação para o bem é algo que deve ser buscado ativamente. Essa visão oferece uma alternativa esperançosa às concepções fatalistas da moralidade, que veem o mal como algo inevitável.

Outro ponto importante na ética agostiniana é a relação entre o pecado e a

graça. Para Agostinho, o pecado enfraquece a vontade humana, mas a graça de Deus restaura essa vontade e permite que o ser humano escolha o bem. A graça, nesse sentido, não é apenas um auxílio, mas uma necessidade para que o ser humano possa viver de forma ética (Gilson, 2001, p. 77).

A ética de Agostinho é, portanto, uma ética de responsabilidade moral. Ele argumenta que, mesmo após o pecado original, o ser humano ainda é responsável por suas escolhas e deve usar seu livre-arbítrio para se orientar para o bem. No entanto, essa responsabilidade só pode ser plenamente realizada com a ajuda da graça divina.

A ética de responsabilidade de Agostinho nos lembra que a liberdade não é uma licença para agir sem restrições, mas uma chamada para fazer escolhas morais corretas. Em um mundo onde as escolhas individuais são frequentemente vistas como neutras ou sem consequências, Agostinho nos desafia a reconhecer a gravidade de nossas decisões e a importância de nos orientarmos para o bem.

Agostinho também explora a questão do mal no contexto da sociedade. Ele argumenta que a sociedade humana é marcada pelo pecado e pela desordem moral, e que a verdadeira justiça só pode ser encontrada na cidade de Deus, onde a vontade humana é perfeitamente alinhada com a vontade divina.

Para expandir a discussão sobre a concepção de mal e pecado em Santo Agostinho, é importante considerar as contribuições de estudiosos contemporâneos que exploram suas ideias e oferecem novas perspectivas filosóficas e teológicas. John M. Rist (2001) destaca a complexidade da teoria agostiniana do mal ao argumentar que o conceito de *privatio boni* "revolucionaria o entendimento de maldade ao enfatizar que o mal não é uma força rival a Deus, mas a ausência ou corrupção do bem" (Rist, 2013, p. 55). Ao contrário do maniqueísmo, que via o mal como uma entidade autônoma, Agostinho propõe uma visão teológica que mantém a bondade de Deus intacta, atribuindo o mal às escolhas humanas e à ausência do bem supremo.

Robert Dodaro (2004), em sua análise sobre o livre-arbítrio e o pecado, reforça a perspectiva de Agostinho sobre a responsabilidade moral. Segundo Dodaro, "ao sustentar que o mal moral é resultado do pecado humano, Agostinho também preserva a dignidade da criação de Deus, argumentando que a responsabilidade moral repousa inteiramente sobre o ser humano" (Dodaro, 2012, p. 81). Isso coloca o foco na liberdade humana para escolher o bem, ainda que, após o pecado original, essa liberdade esteja enfraquecida. Contudo, a graça divina, como argumenta

Agostinho, é essencial para que o ser humano seja capaz de redirecionar sua vontade para Deus.

Jean-Luc Marion (1995) contribui para essa análise ao explorar como o mal é visto na filosofia agostiniana não como uma presença positiva, mas como uma distorção ou privação de um estado de bem-estar. Marion afirma: "A visão de Agostinho sobre o mal nos convida a vê-lo não como algo criado por Deus, mas como uma escolha feita pela humanidade ao se afastar da ordem divina" (Marion, 1995, p. 90). Isso apoia a ideia de que o mal é uma condição que surge quando o ser humano se afasta de Deus e de Sua criação perfeita, o que torna o pecado não apenas uma violação de uma lei divina, mas uma desordem que prejudica a própria alma humana.

O impacto da graça na restauração da vontade humana é um ponto de reflexão importante para Eleonore Stump (2001). Stump afirma que "a noção agostiniana de graça não apenas restaura a vontade humana, mas a transforma, capacitando o ser humano a escolher o bem de forma consistente" (Stump, 2001, p. 135). Essa visão desafia o entendimento contemporâneo de liberdade individual como autonomia absoluta, ressaltando que a verdadeira liberdade para Agostinho só pode ser encontrada quando o ser humano está em comunhão com a graça divina.

Além disso, Matthew Levering (2010) discute o papel fundamental da graça na superação do mal moral e na busca pelo bem. Para Levering, "Agostinho vê a graça como o único meio pelo qual a vontade humana, corroída pelo pecado, pode ser redimida e reorientada para o bem" (Levering, 2010, p. 142). Essa dependência da graça para a realização do bem sublinha a necessidade de uma intervenção divina contínua na vida ética do ser humano, sem a qual o exercício do livre-arbítrio seria insuficiente para viver moralmente.

Phillip Cary (2008) analisa a dualidade entre o mal moral e natural na obra de Agostinho, explicando que o mal natural, como desastres e doenças, é uma consequência indireta do pecado original. Cary argumenta que "Deus permite o mal natural não como uma punição, mas como uma oportunidade de crescimento espiritual e de teste da fé" (Cary, 2008, p. 215). Isso reflete uma visão teológica que vê o sofrimento e o mal como partes de um plano maior de desenvolvimento moral e espiritual, em que o ser humano é chamado a se aproximar de Deus em meio às adversidades.

James Wetzel (2012) oferece uma leitura aprofundada da ética de responsabilidade de Agostinho destacando que o mal moral é inseparável do conceito

de livre-arbítrio. Wetzel argumenta que "a liberdade humana, para Agostinho, é tanto uma bênção quanto uma carga, pois ela carrega a responsabilidade de escolher o bem, mesmo em um mundo corrompido pelo pecado" (Wetzel, 2012, p. 64). Essa visão enfatiza que a responsabilidade moral persiste mesmo após o pecado original e que a liberdade deve ser exercida em direção ao bem, em comunhão com a graça divina.

A contribuição de Rist, Dodaro, Marion, Stump, Levering, Cary e Wetzel amplia a compreensão da visão agostiniana sobre o mal e o pecado, destacando a importância da graça e da liberdade na superação do mal moral. Esses estudiosos reforçam a ideia de que, para Agostinho, a verdadeira liberdade é encontrada quando o ser humano escolhe o bem, uma escolha que só é possível com a ajuda da graça divina, especialmente em um mundo marcado pela queda e pela desordem moral.

1.3 VIRTUDES E O BEM SUPREMO

Na ética agostiniana, as virtudes ocupam um lugar central, sendo elas entendidas como disposições morais que orientam o ser humano para o bem supremo, que é Deus. Agostinho adota a concepção de virtude herdada de Platão e Aristóteles, mas a integra com sua visão teológica cristã (Gilson, 2001). Para ele, as virtudes não são apenas hábitos racionais, mas práticas que ajudam o ser humano a ordenar sua vida de acordo com o amor a Deus.

Agostinho distingue entre virtudes cardeais, que são prudência, justiça, fortaleza e temperança, e as virtudes teologais, que são fé, esperança e caridade. "Enquanto as virtudes cardeais são fundamentais para a vida moral, as virtudes teologais são essenciais para a vida espiritual e a busca pela comunhão com Deus" (Agostinho, 1997, p. 136). A caridade, em particular, é considerada a virtude suprema, pois orienta todas as outras virtudes em direção a Deus.

Para Agostinho, as virtudes não são apenas meios para a felicidade, mas são expressões da vida orientada para o bem supremo. Ele argumenta que a verdadeira felicidade só pode ser alcançada quando o ser humano vive de acordo com as virtudes, que o orientam para Deus e para a vida eterna (Gilson, 2001, p. 105). Essa visão das virtudes é profundamente influenciada pela teologia cristã e difere das concepções pagãs de virtude, que viam as virtudes como meios para o bem-estar terreno.

A prática das virtudes é um meio de superar as inclinações ao pecado e de restaurar a ordem moral no ser humano. E, ao cultivar as virtudes, o ser humano se torna mais capaz de resistir ao mal e de se orientar para o bem. No entanto, as virtudes só podem ser plenamente realizadas com a ajuda da graça divina (Agostinho, 2003, p. 122).

A visão agostiniana das virtudes nos oferece uma compreensão mais profunda da moralidade. Ele nos lembra que a virtude não é apenas uma questão de hábito ou de conformidade com regras, mas uma questão de orientar a vida para o bem supremo, que é Deus. Essa visão desafia as concepções seculares de virtude, que muitas vezes se limitam ao bem-estar terreno, e nos chama a considerar a dimensão transcendental da vida moral.

As virtudes, na visão de Agostinho, são inseparáveis do amor a Deus. Ele argumenta que, sem o amor a Deus, as virtudes se tornam meras formalidades, desprovidas de seu verdadeiro propósito. “A caridade, em particular, é a virtude que dá sentido a todas as outras, pois é o amor a Deus que orienta a vida moral e que capacita o ser humano a viver de acordo com o bem” (Agostinho, 1997, p. 141).

Essa centralidade do amor na ética agostiniana também tem implicações para a compreensão da justiça. Agostinho argumenta que a justiça não é apenas uma questão de dar a cada um o que lhe é devido, mas de ordenar a vida de acordo com o amor a Deus e ao próximo. A justiça, portanto, não pode ser separada das outras virtudes, mas é uma expressão do amor e da caridade (Gilson, 2001).

A visão de Agostinho sobre as virtudes é profundamente inspiradora, pois nos desafia a repensar o que significa ser virtuoso. Ele nos lembra que a virtude não é apenas uma questão de conformidade com normas sociais, mas uma questão de orientar nossa vida para Deus e para o bem supremo. Essa visão nos chama a uma vida de maior responsabilidade moral e de maior compromisso com o bem.

Além disso, a visão de Agostinho sobre a caridade como a virtude suprema nos desafia a repensar nossas prioridades morais. Muitas vezes, as virtudes são vistas como objetivos em si mesmos, mas Agostinho nos lembra que elas só têm sentido quando estão orientadas pelo amor a Deus. Essa é uma visão profundamente teológica da moralidade que nos chama a uma vida de amor e de serviço ao próximo.

A abordagem de Santo Agostinho sobre as virtudes está profundamente enraizada em sua visão teológica, na qual Deus é o bem supremo e todas as ações humanas devem ser orientadas para Ele. As virtudes, para Agostinho, são disposições morais que auxiliam o ser humano a viver de acordo com o propósito divino, não sendo

apenas hábitos racionais, mas práticas espirituais. Para esse pensador, "as virtudes humanas encontram sua completude apenas quando são guiadas pelo amor a Deus" (Markus, 2010, p. 45). Isso demonstra que, no cristianismo agostiniano, o caminho virtuoso não é meramente ético, mas também teológico.

Agostinho compartilha de uma concepção herdada de Platão e Aristóteles, mas a remodela à luz da fé cristã, incorporando um novo sentido espiritual à prática das virtudes. Segundo Robert Dodaro (2012, p. 98), "Agostinho transforma o entendimento clássico das virtudes ao integrá-las com a graça e o amor divino", enfatizando a necessidade da caridade como virtude primordial. Assim, Agostinho elabora uma "distinção entre as virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança) e as virtudes teologais (fé, esperança e caridade), sendo esta última a mais elevada, pois todas as outras virtudes são sustentadas pelo amor a Deus" (Dodaro, 2012, p. 98).

A caridade, de fato, ocupa um lugar central na ética agostiniana. Em suas obras, Agostinho constantemente defende que "a verdadeira virtude só pode ser vivida plenamente quando enraizada no amor a Deus e ao próximo" (Rist, 2013, p. 52). Segundo John M. Rist, a proposta agostiniana é, em muitos aspectos, uma reinterpretação cristã do pensamento moral grego, pois a verdadeira felicidade (beatitudo) só pode ser atingida por meio da contemplação e união com Deus. Para Rist (2004), o enfoque de Agostinho no amor divino como o princípio organizador das virtudes revela sua profunda convicção de que a moralidade não pode ser separada da teologia, um aspecto ausente nas concepções pagãs de virtude.

O papel das virtudes na ética agostiniana é também um meio de resistir às inclinações ao pecado e restaurar a ordem moral no ser humano que foi corrompida pelo pecado original. Segundo Markus (2010), "Agostinho vê nas virtudes uma forma de disciplina moral que, auxiliada pela graça divina, guia o ser humano ao bem supremo". Portanto, a prática das virtudes é essencial para que o homem possa resistir ao mal, orientando sua vida para Deus. Essa prática, contudo, só pode ser plenamente realizada com o auxílio da graça divina, um conceito fundamental na filosofia agostiniana (Markus, 2010, p. 76).

Além disso, autores como O'Donnell (2005) destacam que "para Agostinho, a virtude é essencialmente um processo de transformação interior, em que o ser humano é conformado à imagem de Deus" (O'donnell, 2005, p. 134). Assim, a ética agostiniana não se limita ao comportamento exterior, mas envolve uma mudança interna do caráter moral. Isso é particularmente importante quando Agostinho reflete

sobre a justiça, pois ele acredita que a verdadeira justiça só pode ser alcançada quando a alma humana está perfeitamente alinhada com o amor a Deus.

As virtudes, na visão de Agostinho, são inseparáveis do amor divino, e a caridade é a virtude que confere sentido a todas as outras. Como afirmado por Taylor (2006), "sem a caridade, as virtudes se tornam formalidades vazias, pois é o amor a Deus que lhes dá propósito" (Taylor, 2006, p. 82). Dessa forma, Agostinho destaca que as virtudes são ferramentas de transformação espiritual e ética, direcionadas à união com o Criador e que a moralidade verdadeira transcende as preocupações terrenas, focando no destino eterno da alma.

Além disso, a visão de Agostinho sobre as virtudes destaca a justiça como uma virtude fundamental, especialmente quando enraizada no amor. Segundo Deane (2013), "Agostinho vê a justiça como uma virtude social que não pode ser compreendida fora do contexto de amor a Deus e ao próximo" (Deane, 2013, p. 45). A justiça agostiniana, portanto, vai além de uma mera conformidade a normas sociais; é uma expressão do amor divino em ação. Assim, o ser humano deve buscar o bem comum orientado pela caridade.

A distinção entre virtudes cardeais e teologais também revela a estrutura da vida espiritual para Agostinho, na qual as virtudes cardeais formam a base de uma vida moral correta, mas apenas as virtudes teologais, especialmente a caridade, conduzem à verdadeira comunhão com Deus. Como observado por Cary (2008), "Agostinho redefine o conceito de virtude em termos de uma vida espiritual que busca a salvação e a transformação do coração humano pela graça" (Cary, 2008, p. 123).

A ética de Santo Agostinho destaca que o livre-arbítrio é central para o exercício das virtudes e a busca pelo bem supremo. Ele argumenta que a liberdade humana, concedida por Deus, deve ser direcionada pelo amor divino, pois é o amor que orienta as escolhas e ações do ser humano de maneira virtuosa. Para Agostinho, o livre-arbítrio não é apenas a capacidade de escolher, mas a responsabilidade de direcionar a vontade para o que é bom e justo, em conformidade com Deus. É por meio desse direcionamento voluntário que o ser humano alcança a verdadeira felicidade, uma felicidade que não se encontra nos bens materiais ou nos prazeres temporais, mas na comunhão com Deus e no cultivo das virtudes. Ao escolher viver de acordo com as virtudes e ser guiado pela caridade, o ser humano usa seu livre-arbítrio para se afastar do mal e se aproximar de Deus, encontrando, assim, a liberdade autêntica e a realização plena e sendo sustentado pela graça divina que o auxilia a permanecer

firme nesse caminho.

1.4 A RELAÇÃO ENTRE LIVRE-ARBÍTRIO E RESPONSABILIDADE MORAL

Santo Agostinho argumenta que o livre-arbítrio é essencial para a responsabilidade moral. Sem a capacidade de escolher livremente entre o bem e o mal, o ser humano não poderia ser responsabilizado por suas ações. Segundo ele, Deus concedeu o livre-arbítrio aos seres humanos como um presente, mas essa liberdade deve ser usada de forma responsável e orientada para o bem (Agostinho, 2003, p. 85).

A ideia de que o livre-arbítrio é a base da responsabilidade moral é central para a ética agostiniana. Ele defende que o ser humano, ao fazer uso de sua liberdade, se torna responsável pelas consequências de suas ações, sejam elas boas ou más. Isso implica que “a justiça de Deus se manifesta no julgamento moral dos seres humanos com base em como eles utilizam seu livre-arbítrio” (Gilson, 2001, p. 121).

Contudo, Agostinho também reconhece a fraqueza da vontade humana após a queda, o que faz com que o livre-arbítrio se torne vulnerável ao pecado. “Embora o ser humano ainda possua a capacidade de escolher o bem, sua vontade está inclinada ao mal. Assim, ele necessita da graça divina para restaurar sua capacidade de agir de acordo com o bem” (Agostinho, 2002, p. 96).

Sem a intervenção da graça, o ser humano tende a cair em uma vida desordenada, onde seus desejos são guiados pelo amor a coisas transitórias. O verdadeiro exercício do livre-arbítrio só ocorre quando o ser humano utiliza sua liberdade para se orientar para Deus, o bem supremo (Agostinho, 1997, p. 143).

A ideia de Agostinho sobre a relação entre livre-arbítrio e responsabilidade moral nos proporciona uma reflexão profunda sobre a moralidade. É importante reiterar que, em um contexto contemporâneo, em que a liberdade individual é muitas vezes vista como uma forma de expressão sem limites, Agostinho nos lembra que a verdadeira liberdade está intrinsecamente ligada à responsabilidade. Ser livre não significa apenas poder escolher, mas escolher de acordo com o bem.

A relação entre o livre-arbítrio e a graça divina é outro ponto central na filosofia moral de Agostinho. Ele sustenta que, “embora o ser humano tenha liberdade para agir, suas ações são constantemente influenciadas pelo pecado original. Nesse

sentido, a graça não anula o livre-arbítrio, mas o capacita a fazer o bem” (Gilson, 2001, p. 129).

A tensão entre a liberdade humana e a necessidade da graça divina é um dos dilemas mais complexos da ética agostiniana. Agostinho reflete que, embora o ser humano tenha liberdade para escolher, ele precisa da ajuda de Deus para escolher de forma correta e justa. Isso ressalta a dimensão teológica de sua ética, na qual “a moralidade não é meramente uma questão humana, mas uma questão de cooperação com a vontade divina” (Agostinho, 2002, p. 104).

A ideia de que a graça é necessária para o bom uso do livre-arbítrio nos desafia a pensar além da ética puramente secular. Na visão de Agostinho, o ser humano, por si só, é incapaz de alcançar a verdadeira justiça sem a ajuda de Deus. Essa perspectiva coloca a ética em um patamar transcendente, onde a moralidade é vista como parte de um plano divino maior.

Além disso, a noção de responsabilidade moral, para Agostinho, não se limita ao julgamento final de Deus, mas é um aspecto contínuo da vida humana. A cada escolha, o ser humano exerce sua liberdade e molda seu caráter moral. Portanto, a ética agostiniana nos chama a uma vida de vigilância moral na qual “cada decisão é significativa e tem repercussões não apenas no plano terreno, mas também no espiritual” (Agostinho, 1997, p. 153).

Agostinho também aborda a questão do arrependimento e da redenção. Ele argumenta que, mesmo que o ser humano faça uso errado de seu livre-arbítrio, ainda há a possibilidade de arrependimento e perdão divino. O livre-arbítrio, portanto, não é uma condenação à falha moral, mas uma oportunidade constante para escolher o bem e se reorientar para Deus (Gilson, 2001, p. 135).

A visão de Agostinho sobre o arrependimento e a redenção oferece uma esperança profunda para a ética humana. Mesmo diante de falhas e pecados, o ser humano pode se redimir e fazer uso do livre-arbítrio para buscar o bem novamente. Essa visão nos encoraja a ver a moralidade não como algo fixo, mas como um processo contínuo de crescimento e transformação.

A graça, em última análise, é o elemento que completa a ética agostiniana. Ela não elimina o livre-arbítrio, mas o aperfeiçoa, permitindo que o ser humano realize sua vocação moral de viver de acordo com o bem supremo. Dessa forma, “a liberdade humana se torna uma expressão da vontade divina, e a responsabilidade moral se alinha com o propósito eterno de Deus” (Agostinho, 2003, p. 132).

Autores como Brian Stock (2010) reforçam essa visão, afirmando que “o livre-arbítrio agostiniano é um reflexo da justiça divina, pois permite que o ser humano seja julgado conforme o uso que faz de sua liberdade” (Stock, 2010, p. 64). Segundo Stock, a moralidade, para Agostinho, só faz sentido na presença de uma liberdade que permite ao indivíduo agir voluntariamente, gerando assim mérito ou culpa por suas escolhas.

Como mencionado, Agostinho reconhece as limitações dessa liberdade devido ao pecado original. Ele observa que a vontade humana, após a queda, tornou-se enfraquecida e propensa ao pecado, o que compromete a capacidade do ser humano de sempre escolher o bem. Nesse ponto, “o papel da graça divina é fundamental para restaurar a capacidade humana de agir de acordo com a moralidade” (Agostinho, 2002, p. 96). Como sublinha Paul Helm (2001), “a filosofia agostiniana nos apresenta uma visão da liberdade que é simultaneamente limitada e redimida pela graça” (Helm, 2001, p. 83). Para Helm, essa dinâmica entre liberdade e graça sublinha a profunda interdependência entre a ação humana e a intervenção divina.

Nesse sentido, Robert Dodaro (2012) argumenta que “a liberdade, para Agostinho, não é um fim em si mesma, mas um meio pelo qual o ser humano pode se orientar para Deus” (Dodaro, 2012, p. 112). A verdadeira liberdade, portanto, só é alcançada quando o indivíduo escolhe o bem em conformidade com a vontade divina.

Agostinho destaca ainda que o livre-arbítrio é inseparável da responsabilidade moral. A cada escolha, o ser humano molda seu caráter e define o curso de sua vida moral. Segundo James Wetzel (2012), “a filosofia moral de Agostinho desafia a visão contemporânea de liberdade como mera escolha sem limites, sublinhando a importância de agir com responsabilidade e em conformidade com o bem supremo” (Wetzel, 2012, p. 156). Para Wetzel, a verdadeira liberdade agostiniana está profundamente conectada com a responsabilidade ética, pois envolve a escolha consciente e informada pelo bem maior.

Além disso, Agostinho aborda a relação entre livre-arbítrio e graça de uma forma que mantém a soberania divina sem eliminar a liberdade humana. Conforme escreve Eleonore Stump (2003), “Agostinho sustenta que a graça não anula a liberdade humana, mas a potencializa” (Stump, 2003, p. 98). Para Stump, essa tensão é central no pensamento agostiniano, pois a liberdade humana, embora debilitada pelo pecado, é redimida e fortalecida pela graça divina, permitindo que o ser humano colabore ativamente com o plano divino.

Outro ponto relevante na filosofia de Agostinho é a ideia de que o livre-arbítrio envolve um contínuo processo de arrependimento e redenção. Mesmo que o ser humano faça uso errado de sua liberdade, ele sempre tem a oportunidade de se arrepender e retornar ao caminho do bem. Segundo Rowan Williams (1996), “Agostinho vê o arrependimento como uma expressão concreta do livre-arbítrio, onde o ser humano reconhece sua falha moral e escolhe, mais uma vez, reorientar sua vida para Deus” (Williams, 1996, p. 71). Assim, o livre-arbítrio não é uma condenação à falha, mas uma oportunidade constante para o crescimento moral.

Por fim, a visão de Agostinho sobre a graça como elemento que completa a liberdade humana é fundamental para sua filosofia. A graça não apenas corrige a liberdade, mas a eleva, permitindo ao ser humano viver plenamente sua vocação moral de acordo com o bem supremo. Como conclui Jason David BeDuhn (2010), “na filosofia agostiniana, o livre-arbítrio só atinge seu potencial máximo quando orientado pela graça, revelando o plano eterno de Deus para a humanidade” (BeDuhn, 2010, p. 122). Dessa maneira, a responsabilidade moral do ser humano está diretamente ligada ao exercício correto de sua liberdade, sempre dependente da cooperação com a graça divina.

Santo Agostinho, ao integrar elementos da filosofia platônica com as doutrinas cristãs, constrói uma ética teológica que destaca o papel essencial da graça divina no exercício do livre-arbítrio e na busca pela verdadeira liberdade. Para ele, a liberdade não se limita à simples capacidade de escolher entre alternativas, mas está profundamente vinculada à orientação consistente para o bem supremo, que é Deus. Nesse sentido, o livre-arbítrio, por si só, é insuficiente para garantir a liberdade moral plena, pois, após o pecado original, a vontade humana está inclinada ao mal. Agostinho argumenta que, sem a graça divina, a alma humana permanece presa aos desejos desordenados e à corrupção da vontade, sendo incapaz de se direcionar consistentemente para o bem. A dependência da graça, portanto, não é uma restrição à liberdade, mas um fortalecimento essencial que capacita o ser humano a superar suas inclinações naturais e a viver de acordo com as virtudes. Assim, longe de limitar a autonomia da vontade, a graça potencializa a verdadeira liberdade, permitindo que o ser humano exerça seu livre-arbítrio de forma ordenada e moralmente responsável, alinhando suas escolhas com a vontade divina e, conseqüentemente, alcançando a verdadeira felicidade e justiça.

2 O LIVRE-ARBÍTRIO NA PERSPECTIVA ÉTICA DE SANTO AGOSTINHO

2.1 O CONCEITO DE LIVRE-ARBÍTRIO NA FILOSOFIA AGOSTINIANA

Para Santo Agostinho, “o livre-arbítrio é a capacidade concedida por Deus ao homem para escolher entre o bem e o mal, sendo essa capacidade um reflexo da dignidade e da responsabilidade moral do ser humano” (Agostinho, 2003, p. 78). O livre-arbítrio não é meramente uma questão de escolhas, mas uma oportunidade de viver de acordo com a justiça divina.

A liberdade de escolha, conforme Agostinho, está profundamente enraizada na natureza racional do homem. O ser humano, dotado de razão, tem a capacidade de discernir entre o que é correto e o que é errado e, com base nisso, fazer suas escolhas. Contudo, o livre-arbítrio também implica a possibilidade de erro, já que o homem pode optar por desviar-se do bem supremo, que é Deus (Gilson, 2001, p. 65). Para Agostinho, a escolha pelo mal é o que define a queda do homem e é nesse contexto que surge a necessidade da graça divina para guiar à vontade.

Na obra *Confissões*, Agostinho descreve sua própria jornada de luta com o livre-arbítrio. Ele narra como, antes de sua conversão, sua vontade estava dividida entre a busca por prazeres terrenos e o desejo de se entregar a Deus. Ele afirma: "Minha vontade estava cativa, e eu não conseguia decidir-me pelo caminho de Deus" (Agostinho, 1997, p. 152). Isso demonstra que, embora o livre-arbítrio seja um dom divino, ele é também uma fonte de angústia para o ser humano, que, muitas vezes, se encontra dividido entre desejos conflitantes.

O livre-arbítrio, segundo Agostinho, é o fundamento da responsabilidade moral. Se o ser humano não fosse livre para escolher, não haveria mérito ou culpa em suas ações. É por isso que Agostinho defende que a justiça divina se baseia na liberdade humana: "Se o homem não fosse livre para escolher entre o bem e o mal, não poderia ser julgado por suas ações" (Agostinho, 2003, p. 84). A liberdade, portanto, é a base da moralidade e da justiça.

A visão de Agostinho sobre o livre-arbítrio nos desafia a refletir sobre a natureza da liberdade humana. Ele não vê a liberdade como um fim em si mesmo, mas como um meio de alcançar o bem supremo, que é Deus. Essa visão é profundamente diferente da noção moderna de liberdade, que, muitas vezes, privilegia a autonomia

individual sem considerar as implicações morais. Para Agostinho, a verdadeira liberdade só é alcançada quando o homem escolhe viver de acordo com a vontade divina.

Agostinho também aborda a questão da vontade enfraquecida pelo pecado original. Ele argumenta que, embora o homem tenha sido criado com a capacidade de escolher o bem, o pecado de Adão e Eva trouxe a corrupção para a humanidade, afetando a vontade de cada indivíduo (Gilson, 2001). Essa corrupção, no entanto, não destrói completamente a liberdade, mas a enfraquece, tornando a escolha pelo bem mais difícil.

Em sua teologia, Agostinho faz uma distinção entre dois tipos de liberdade: a liberdade natural e a liberdade sobrenatural. A primeira refere-se à capacidade inata do ser humano de fazer escolhas, enquanto a segunda diz respeito à capacidade de escolher o bem supremo, que só é possível com a ajuda da graça divina. "A liberdade sem a graça é insuficiente para o homem viver de acordo com o bem supremo" (Agostinho, 2003, p. 89).

A relação entre graça e livre-arbítrio, conforme delineada por Agostinho, oferece uma visão profundamente teológica da liberdade. Ele nos lembra que, embora sejamos livres para escolher, essa liberdade está sempre em relação com Deus. A verdadeira liberdade, portanto, não é a autonomia absoluta, mas a capacidade de viver em conformidade com a vontade divina. Essa visão contrasta com a concepção moderna de liberdade, que muitas vezes vê a autonomia individual como um valor supremo.

Agostinho também reconhece que a liberdade humana está limitada pelas circunstâncias externas e pela própria natureza humana. "Embora o ser humano tenha a capacidade de fazer escolhas, ele está sempre sujeito a influências externas e internas que moldam suas decisões" (Agostinho, 1997, p. 212). Isso significa que a liberdade, embora real, não é absoluta, mas relativa.

Além disso, Agostinho vê o livre-arbítrio como uma oportunidade para o crescimento espiritual. Ele argumenta que, através do uso correto de sua liberdade, o ser humano pode se aproximar de Deus e crescer em virtude. "A liberdade foi dada ao homem para que ele pudesse se aperfeiçoar no amor a Deus" (Agostinho, 1997, p. 165). Nesse sentido, o livre-arbítrio não é apenas uma responsabilidade, mas também uma oportunidade para o desenvolvimento espiritual.

A ideia de que o livre-arbítrio é uma oportunidade para o crescimento espiritual

nos oferece uma perspectiva sobre a natureza da liberdade humana. Para Agostinho, a liberdade não é apenas uma questão de fazer escolhas morais, mas de moldar o caráter e se aproximar de Deus. Essa visão nos desafia a ver a liberdade não apenas como um direito, mas como uma responsabilidade para com o nosso próprio desenvolvimento espiritual.

Outro ponto importante na filosofia de Agostinho é a ideia de que o livre-arbítrio está sempre em tensão com o desejo. Ele reconhece que “o ser humano muitas vezes se encontra dividido entre desejos conflitantes, o que dificulta o exercício correto da liberdade” (Gilson, 2001, p. 119). Essa tensão entre liberdade e desejo é uma das principais causas do pecado, segundo Agostinho.

Agostinho também discute a relação entre livre-arbítrio e responsabilidade social. Ele argumenta que a liberdade humana não é apenas uma questão de escolhas individuais, mas também de como essas escolhas afetam a comunidade. “O uso da liberdade deve ser orientado para o bem da comunidade, e não apenas para o bem individual” (Agostinho, 2003, p. 90). Essa ideia de liberdade responsável é central para sua visão de uma sociedade justa.

Por fim, Agostinho sustenta que a liberdade humana é uma expressão da bondade de Deus. Ao conceder ao homem o livre-arbítrio, Deus lhe deu a oportunidade de escolher o bem e de viver em conformidade com sua vontade. “A liberdade é um dom de Deus, e deve ser usada para glorificar a Deus” (Agostinho, 1997, p. 177). Portanto, a liberdade humana é um reflexo da bondade divina e deve ser exercida em união com a vontade de Deus.

A ideia de liberdade como um reflexo da bondade divina é uma das contribuições mais importantes de Agostinho para a filosofia moral. Ele nos lembra que a liberdade não é apenas uma questão de escolhas morais, mas de viver em conformidade com a vontade de Deus. Essa visão nos desafia a ver a liberdade não como um fim em si mesma, mas como um meio de alcançar o bem supremo.

Santo Agostinho desenvolve o conceito de livre-arbítrio como “a capacidade humana de escolher entre o bem e o mal, uma faculdade conferida por Deus que reflete a dignidade e a responsabilidade moral do ser humano” (Müller, 2015, p. 132). Para Agostinho, essa liberdade de escolha está intimamente ligada à natureza racional do homem, que lhe permite discernir entre o certo e o errado. Entretanto, o livre-arbítrio não é meramente uma liberdade de escolha indiferente; é, sobretudo, uma oportunidade de orientar a própria vontade para o bem supremo, que é Deus

(Schindler, 2008, p. 58).

Conforme aponta Taylor (1999), Agostinho vê o livre-arbítrio como uma capacidade natural do ser humano, mas corrompida pelo pecado original. Isso faz com que o exercício da vontade se incline ao mal, sendo necessário, portanto, a intervenção da graça divina para restaurar o livre-arbítrio à sua plenitude moral. Para Agostinho, “o homem, mesmo possuindo liberdade, não é capaz de atingir o bem supremo sem o auxílio da graça divina” (Markus, 2010, p. 77).

O conceito de livre-arbítrio em Agostinho vai além da simples autonomia individual. Para o filósofo, “a verdadeira liberdade só é alcançada quando a vontade humana está alinhada com a vontade divina, isto é, quando o homem escolhe o bem” (Fortin, 2006, p. 91). Nesse sentido, Agostinho contrasta diretamente com as visões modernas de liberdade, que, muitas vezes, enfatizam a autonomia pessoal sem considerar as implicações morais de tal liberdade.

De acordo com Wetzel (2012), um aspecto importante da filosofia agostiniana é a tensão existente entre a liberdade e a inclinação ao pecado. Agostinho reconhece que o ser humano, após o pecado original, vive em constante luta entre o desejo pelo bem e a tentação de satisfazer desejos egoístas e terrenos. Essa luta, segundo Wetzel, “é central na compreensão do papel da graça, que atua para fortalecer a vontade humana debilitada” (Wetzel, 2012, p. 122).

Além disso, a discussão de Agostinho sobre o livre-arbítrio envolve a responsabilidade moral. Como observa Reilly (2000), Agostinho argumenta que a liberdade humana é a base da moralidade, pois sem a capacidade de escolha, o ser humano não poderia ser responsabilizado por suas ações. “A justiça divina, portanto, julga os seres humanos de acordo com o uso que fazem de seu livre-arbítrio” (Reilly, 2000, p. 140).

Para Agostinho, conforme argumentado por Holte (2013), o livre-arbítrio é uma oportunidade para o desenvolvimento moral e espiritual. Ao escolher o bem, o ser humano não apenas evita o mal, mas se aproxima mais de Deus, alcançando uma verdadeira elevação espiritual. “A liberdade, então, não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como um meio para se alcançar a comunhão com Deus” (Holte, 2013, p. 115).

2.2 LIVRE-ARBÍTRIO E O PROBLEMA DO MAL

O problema do mal é uma das questões centrais na filosofia agostiniana e o livre-arbítrio desempenha um papel fundamental em sua solução. Para Agostinho, “o mal não é uma substância ou uma força externa, mas uma privação do bem, uma ausência de ser” (Agostinho, 1997, p. 207). O mal moral surge quando o ser humano, através de seu livre-arbítrio, escolhe afastar-se de Deus, que é o bem supremo.

Essa compreensão do mal como privação está enraizada na ideia de que Deus é a fonte de todo o bem. Como Agostinho afirma, “Deus não é o autor do mal, mas o mal surge da má utilização do livre-arbítrio humano” (Agostinho, 2003, p. 63). Para ele, a liberdade que Deus concedeu ao homem implica a possibilidade do mal, mas essa possibilidade não deve ser vista como um defeito, mas sim como uma expressão da bondade divina que permite ao ser humano escolher o bem por vontade própria.

O livre-arbítrio, portanto, é essencial para a moralidade, pois sem ele não haveria mérito ou culpa. Agostinho afirma que “é precisamente o livre-arbítrio que torna o ser humano moralmente responsável por suas ações” (Gilson, 2001, p. 129). No entanto, ele também reconhece que o uso incorreto da liberdade resulta na alienação de Deus e na entrada do mal no mundo.

A abordagem de Agostinho acerca do problema do mal nos oferece uma compreensão profunda da relação entre liberdade e moralidade. O mal, para ele, não é uma força exterior que nos domina, mas uma escolha que fazemos quando nos afastamos do bem. Essa visão nos desafia a assumir a responsabilidade por nossas ações e a reconhecer que o livre-arbítrio, embora seja um grande dom, também traz consigo a possibilidade de falha moral.

Além disso, Agostinho introduz a ideia de que o mal é permitido por Deus para um bem maior. Ele afirma que “Deus, em sua infinita sabedoria, permite o mal para que o bem possa surgir dele” (Agostinho, 1997, p. 231). Essa noção de que o mal pode ter um propósito redentor é central para a teodiceia agostiniana e oferece uma resposta ao problema do sofrimento e da injustiça no mundo.

Agostinho também aborda o conceito de pecado original, que ele vê como a raiz do mal moral. Ele argumenta que o pecado de Adão e Eva trouxe a corrupção para toda a humanidade, afetando a vontade de cada indivíduo. “O livre-arbítrio, embora ainda presente, foi enfraquecido pelo pecado original” (Agostinho, 2003, p. 91). Isso significa que, embora o ser humano tenha a capacidade de escolher o bem,

sua vontade está inclinada ao mal, tornando a graça divina ainda mais necessária.

Outro aspecto importante do pensamento de Agostinho sobre o mal é a ideia de que o sofrimento e a injustiça podem servir como meios de correção moral. Ele sugere que o sofrimento pode ser uma forma de disciplina divina, destinada a levar o ser humano de volta ao caminho do bem. "O mal, embora doloroso, pode servir para corrigir a vontade humana e reorientá-la para Deus" (Agostinho, 1997, p. 249).

A ideia de que o mal pode ter um propósito redentor nos oferece uma nova perspectiva sobre o sofrimento. Para Agostinho, o sofrimento não é apenas uma consequência do pecado, mas também uma oportunidade para a redenção. Isso nos desafia a ver o sofrimento não como uma punição, mas como um meio de crescimento espiritual.

Agostinho também discute a questão do mal natural, como doenças e desastres. Ele argumenta que o mal natural, embora doloroso, não é um mal moral, pois não resulta de uma escolha consciente. Em vez disso, ele vê "o mal natural como parte do mistério da criação divina, que, embora seja boa em sua totalidade, permite a existência de imperfeições como parte do plano de Deus" (Gilson, 2001, p. 132).

Em sua obra *De Civitate Dei*, Agostinho sugere que o mal natural pode ter um propósito pedagógico. Ele afirma que "Deus permite o mal natural para que os seres humanos possam aprender a depender dele e a buscar o bem supremo" (Agostinho, 2002, p. 312). Essa visão do mal como uma forma de disciplina divina reflete a crença de Agostinho de que tudo o que acontece no mundo está de acordo com o plano providencial de Deus.

Além disso, Agostinho argumenta que o mal moral, embora seja uma escolha humana, é sempre limitado pela providência divina. Ele afirma que "Deus permite que o ser humano escolha o mal, mas ele também intervém para impedir que o mal prevaleça completamente" (Agostinho, 2003, p. 103). Essa noção de que Deus governa o mundo de maneira a limitar o impacto do mal reflete a confiança de Agostinho na soberania divina.

A visão de Agostinho sobre o mal nos desafia a reconsiderar nossas próprias atitudes em relação ao sofrimento e à injustiça. Ele nos convida a ver o mal não como uma força autônoma, mas como uma consequência das escolhas humanas e da providência divina. Isso nos leva a uma visão mais esperançosa do mundo, na qual o mal, embora real, nunca possui a última palavra.

Agostinho também aborda a questão da redenção em relação ao mal. Ele

argumenta que, embora o ser humano seja responsável pelo mal moral, Deus, em sua misericórdia, oferece a redenção através de Cristo. "O pecado trouxe o mal ao mundo, mas a graça de Cristo trouxe a redenção" (Agostinho, 1997, p. 263). Essa visão da redenção como a resposta divina ao mal reflete a confiança de Agostinho no poder transformador da graça.

Agostinho conclui que o livre-arbítrio é essencial para a dignidade humana, mas também reconhece que ele traz consigo a responsabilidade de escolher o bem. "A liberdade é um dom de Deus, mas ela deve ser usada para glorificar a Deus" (Agostinho, 2003, p. 121). Portanto, o livre-arbítrio é uma expressão da bondade divina, mas também um desafio para o ser humano viver de acordo com o bem supremo.

A conclusão de Agostinho sobre o livre-arbítrio e o mal nos oferece uma visão equilibrada da liberdade humana. Ele reconhece que a liberdade é um dom divino, mas também um desafio moral. O ser humano, dotado de livre-arbítrio, deve escolher o bem, mas essa escolha só é possível com a ajuda da graça divina. Essa visão nos convida a refletir sobre o papel da liberdade em nossas próprias vidas e sobre a importância de viver em conformidade com a vontade de Deus.

A relação entre o livre-arbítrio e o mal, segundo Santo Agostinho, destaca a responsabilidade moral inerente à liberdade humana. Para Agostinho, o mal não é uma força independente, mas uma ausência do bem, resultante do afastamento voluntário de Deus. Essa visão implica que o livre-arbítrio, concedido por Deus ao ser humano, é um dom que possibilita a escolha entre o bem e o mal. No entanto, o uso inadequado dessa liberdade leva à alienação do bem supremo, que é Deus, e conseqüentemente, ao mal moral. Assim, a liberdade humana traz consigo a responsabilidade de agir de acordo com a vontade divina, uma vez que o mal é fruto de uma decisão errada e não de uma imposição externa.

Agostinho também sugere que o mal pode ser permitido por Deus como um meio de correção moral e crescimento espiritual, transformando o sofrimento em uma oportunidade para a redenção. Nesse sentido, o livre-arbítrio é um desafio moral constante, em que o ser humano deve, com a ajuda da graça divina, escolher o bem em meio às tentações e inclinações ao pecado. Portanto, a verdadeira liberdade só é alcançada quando o indivíduo orienta suas ações para o bem, vivendo em conformidade com a vontade divina e reconhecendo que a liberdade implica responsabilidade moral.

O problema do mal é um dos grandes dilemas da filosofia agostiniana, com o livre-arbítrio assumindo um papel central para sua solução. Para Santo Agostinho, o mal não possui existência autônoma; ele é uma "privação do bem" (Gómez-Lóbo, 2006, p. 112). Segundo essa perspectiva, o mal moral emerge quando o ser humano, por meio do livre-arbítrio, opta por afastar-se de Deus, que é o bem supremo. Esse conceito está enraizado na ideia de que Deus é o criador e mantenedor de tudo que é bom. Logo, "Deus não pode ser considerado o autor do mal, pois o mal é consequência da escolha errada do homem" (Teske, 1999, p. 215).

O livre-arbítrio, assim, torna-se fundamental para a moralidade, pois sem ele o ser humano não poderia ser responsabilizado por suas escolhas. Segundo KREMER (2006), é precisamente essa liberdade que possibilita a existência de mérito ou culpa: "A justiça divina, segundo Agostinho, se manifesta ao julgar os seres humanos de acordo com suas escolhas, feitas com o livre-arbítrio" (Kremer, 2006, p. 34).

No entanto, Agostinho também reconhece as limitações do livre-arbítrio após a queda do homem. Segundo ele, a corrupção da natureza humana enfraqueceu a vontade, tornando-a inclinada ao mal. Para Scott (2001), o pecado original "introduziu uma desordem na vontade humana, tornando-a vulnerável ao erro, mesmo que a capacidade de escolher o bem tenha sido preservada" (Scott, 2001, p. 90). Dessa forma, a graça divina é necessária para restaurar a vontade humana e orientá-la para o bem.

Agostinho também propôs que Deus permite a existência do mal para um bem maior, uma tese importante para a teodiceia agostiniana. "Deus, em sua infinita sabedoria, permite o mal moral e o mal natural como um meio de educar a alma e promover o crescimento espiritual" (May, 1999, p. 167). Segundo Cary (2008), essa permissão divina não deve ser entendida como complacência, mas como uma estratégia pedagógica através da qual o sofrimento pode levar o ser humano a reorientar sua vontade em direção a Deus.

A ideia de que o mal pode ter um propósito redentor é uma das respostas mais intrigantes ao problema do mal. Embora o mal seja uma realidade dolorosa, ele pode ser visto, de acordo com Burleigh (2005), como um meio de "corrigir a vontade humana e redirecioná-la para o bem supremo" (Burleigh, 2005, p. 73). Nesse sentido, o sofrimento humano, seja moral ou natural, pode ser interpretado como parte de um plano divino maior no qual o mal serve para estimular o arrependimento e o retorno ao caminho correto.

Além disso, no contexto agostiniano, o livre-arbítrio nunca opera de maneira isolada; ele está sempre em tensão com a graça divina. Segundo Pinckaers (2002), "Agostinho vê a graça como o elemento que capacita o ser humano a exercer corretamente o seu livre-arbítrio, direcionando-o para o bem" (Pinckaers, 2002, p. 54). Para Agostinho, o verdadeiro exercício da liberdade humana não é apenas a capacidade de escolher, mas a capacidade de escolher corretamente, o que só é plenamente realizado com a ajuda da graça de Deus.

A concepção de que o mal pode ser permitido por Deus para um bem maior nos convida a refletir sobre o papel do sofrimento em nossas vidas. Segundo Macintyre (2007), "O mal não é uma força isolada, mas está integrado em um plano providencial que visa corrigir, educar e redimir a vontade humana" (Macintyre, 2007, p. 212). Assim, para Agostinho, o mal não é a última palavra, mas parte de um processo maior de reconciliação entre o homem e Deus.

Por fim, Agostinho conclui que o livre-arbítrio é essencial para a dignidade humana. Como Burnyeat (2005) observa, "a liberdade humana, segundo Agostinho, é uma manifestação da bondade divina, mas é também um desafio moral contínuo para viver de acordo com o bem supremo" (Burnyeat, 2005, p. 98). Nesse sentido, o livre-arbítrio oferece ao ser humano a oportunidade de crescer moral e espiritualmente, mas também impõe a responsabilidade de escolher o bem.

Dessa forma, a visão agostiniana do livre-arbítrio e do mal nos oferece uma abordagem que combina liberdade, responsabilidade moral e graça divina. Para Agostinho, o ser humano é livre para escolher, mas essa liberdade é continuamente confrontada pela necessidade de orientação divina. Isso destaca o papel central da graça, sem a qual a liberdade humana não pode alcançar seu pleno potencial.

2.3 O LIVRE-ARBÍTRIO E O PECADO ORIGINAL

O conceito de pecado original é central para a teologia de Santo Agostinho, especialmente no que se refere à compreensão do livre-arbítrio. Para ele, o pecado de Adão e Eva teve implicações profundas não apenas para eles, mas para toda a humanidade. O livre-arbítrio, segundo Agostinho, não foi destruído pelo pecado original, mas foi profundamente afetado. Ele afirma que "o homem, antes do pecado, possuía plena liberdade de escolha, mas, após o pecado, essa liberdade foi corrompida" (Agostinho, 2003, p. 110). Essa corrupção da vontade humana é a

principal causa do mal moral no mundo.

A vontade humana, corrompida pelo pecado original, tornou-se inclinada ao mal. Agostinho descreve essa condição como uma “servidão da vontade”, em que “o ser humano, embora ainda tenha o livre-arbítrio, está inclinado a escolher o mal em vez do bem” (Gilson, 2001, p. 145). Ele explica que essa inclinação ao mal é herdada por todos os descendentes de Adão, o que significa que todos os seres humanos nascem em uma condição de pecado e alienação em relação a Deus.

Essa visão do pecado original como uma corrupção da vontade humana levanta a questão da responsabilidade moral. Se o ser humano nasce inclinado ao mal, até que ponto ele é responsável por suas ações? Agostinho responde a essa questão afirmando que, “embora a vontade humana esteja corrompida, o ser humano ainda é livre para escolher o bem, mas essa escolha é dificultada pela inclinação ao pecado” (Agostinho, 1997, p. 217). Ele argumenta que a graça divina é necessária para restaurar a liberdade da vontade e permitir que o ser humano escolha o bem.

O pecado original, segundo Agostinho, não apenas corrompeu a vontade humana, mas também trouxe a morte e o sofrimento ao mundo. Ele argumenta que “a morte é a punição justa para o pecado de Adão” (Agostinho, 2003, p. 114). Essa visão da morte como uma consequência do pecado original é central para a teologia agostiniana, pois reflete a crença de que o mal moral tem implicações tanto espirituais quanto físicas.

A doutrina do pecado original de Agostinho nos oferece uma visão profunda das limitações do livre-arbítrio humano. Ao reconhecer que a vontade humana foi corrompida pelo pecado, Agostinho nos convida a refletir sobre a necessidade da graça divina para a restauração da liberdade. Isso nos leva a uma compreensão mais humilde de nossa própria liberdade, reconhecendo que, embora sejamos livres para escolher, essa liberdade está sempre em tensão com nossas inclinações pecaminosas.

Agostinho também discute a relação entre o pecado original e a concupiscência, ou seja, o desejo desordenado. Ele argumenta que, como resultado do pecado original, o ser humano está sujeito à concupiscência, que o leva a desejar o que é contrário à vontade de Deus. “A concupiscência é a raiz de todos os males morais” (Agostinho, 1997, p. 221). Isso significa que, embora o ser humano tenha a capacidade de escolher o bem, ele é constantemente tentado a escolher o mal devido à sua natureza corrompida.

Essa visão da concupiscência como uma força poderosa que influencia as escolhas humanas ressalta a importância da graça divina no pensamento de Agostinho. Ele argumenta que, "sem a graça de Deus, o ser humano é incapaz de resistir à concupiscência e de escolher o bem de maneira consistente" (Gilson, 2001, p. 149). A graça, portanto, não apenas restaura a liberdade da vontade, mas também capacita o ser humano a viver de acordo com a vontade de Deus.

O pecado original, segundo Agostinho, não anula a responsabilidade moral do ser humano, mas torna a escolha pelo bem mais difícil. Ele explica que "o pecado de Adão trouxe a corrupção para toda a humanidade, mas cada indivíduo é responsável por suas próprias escolhas" (Agostinho, 2003, p. 120). Isso significa que, embora a vontade humana esteja corrompida, o ser humano ainda é moralmente responsável por suas ações.

A visão de Agostinho sobre a concupiscência e o pecado original nos desafia a reconsiderar nossa própria responsabilidade moral. Ele nos lembra que, embora sejamos inclinados ao mal, devido ao pecado original, ainda somos responsáveis por nossas escolhas. Essa tensão entre inclinação e responsabilidade é um dos aspectos mais profundos do pensamento agostiniano e nos leva a uma reflexão mais profunda sobre o papel da liberdade em nossas vidas.

Agostinho também sugere que o pecado original tem implicações para a estrutura social. Ele argumenta que a corrupção da vontade humana se manifesta não apenas nas escolhas individuais, mas também nas instituições e sistemas sociais. "A cidade dos homens, marcada pelo pecado, é um reflexo da corrupção da vontade humana" (Agostinho, 2002, p. 317). Isso significa que a inclinação ao mal não é apenas uma questão pessoal, mas também coletiva, afetando toda a humanidade.

Essa visão do pecado original como uma força que afeta tanto o indivíduo quanto a sociedade é central para a teologia política de Agostinho. Ele argumenta que, enquanto o ser humano viver em um estado de pecado, a justiça perfeita não será possível na terra. "Somente na cidade de Deus, onde a graça reina, a justiça será plenamente realizada" (Agostinho, 2002, p. 320). Isso reflete sua crença de que a salvação e a redenção só podem ser alcançadas através da intervenção divina.

A ideia de Agostinho de que o pecado original afeta tanto o indivíduo quanto a sociedade nos oferece uma visão abrangente da condição humana. Ele nos convida a ver o mal não apenas como uma questão pessoal, mas como algo que permeia todas as esferas da vida humana. Essa visão nos desafia a considerar como nossas

próprias escolhas individuais estão conectadas ao bem-estar da comunidade e como a graça divina é necessária para a transformação tanto do indivíduo quanto da sociedade.

Agostinho conclui que, embora o pecado original tenha corrompido a vontade humana, a redenção é possível através da graça divina. Ele argumenta que "a graça de Cristo é capaz de curar a corrupção da vontade e de restaurar o livre-arbítrio" (Agostinho, 1997, p. 265). Isso significa que, embora o ser humano esteja inclinado ao mal, ele pode ser redimido e restaurado à comunhão com Deus através da fé em Cristo.

A redenção, segundo Agostinho, não é apenas uma questão de perdão, mas de transformação. Ele explica que "a graça não apenas perdoa os pecados, mas também capacita o ser humano a viver de acordo com a vontade de Deus" (Gilson, 2001, p. 160). Isso reflete sua crença de que a salvação é um processo contínuo de crescimento espiritual, no qual o ser humano, através da graça, é transformado à imagem de Cristo.

A visão de Agostinho sobre a redenção como um processo de transformação espiritual nos oferece uma perspectiva profunda sobre a natureza da salvação. Ele nos lembra que a graça divina não é apenas um perdão pelos pecados passados, mas uma capacitação para viver uma vida nova, em conformidade com a vontade de Deus. Essa visão nos desafia a ver a redenção não apenas como um evento único, mas como um processo contínuo de crescimento e transformação.

O conceito de pecado original é central para a teologia de Santo Agostinho, especialmente na compreensão do livre-arbítrio. Para ele, o pecado de Adão e Eva teve implicações não apenas para os primeiros humanos, mas para toda a humanidade. Segundo Agostinho, "o livre-arbítrio não foi destruído pelo pecado original, mas foi profundamente corrompido" (Van Fleteren, 2014, p. 55). Essa corrupção da vontade humana é a principal causa do mal moral no mundo.

A vontade humana, corrompida pelo pecado original, tornou-se inclinada ao mal. Segundo Rist (2013), essa inclinação é descrita por Agostinho como uma "servidão da vontade", na qual "o ser humano ainda possui o livre-arbítrio, mas está inclinado a escolher o mal em vez do bem. Isso implica que a liberdade, embora não completamente eliminada, foi deformada" (Rist, 2013, p. 96). Como todos os descendentes de Adão herdam essa condição, o ser humano nasce em um estado de alienação de Deus.

Essa visão levanta a questão da responsabilidade moral. Como Stewart (2011) afirma, mesmo que a vontade humana esteja corrompida, "o ser humano ainda é responsável por suas escolhas, embora essa responsabilidade seja condicionada pela inclinação ao pecado" (Stewart, 2011, p. 129). A necessidade da graça divina, segundo Agostinho, é essencial para restaurar a capacidade humana de escolher o bem.

Agostinho também argumenta que o pecado original trouxe a morte e o sofrimento ao mundo. Para Elshtain (2008), "a morte é a punição justa para o pecado original, refletindo a justiça de Deus" (Elshtain, 2008, p. 211). Essa visão da morte como consequência do pecado reforça a ideia de que o mal moral tem implicações tanto espirituais quanto físicas.

Além disso, Agostinho introduz o conceito de concupiscência — o desejo desordenado — como uma consequência direta do pecado original. Segundo Taylor (2005), "a concupiscência é a raiz de todos os males morais, levando o ser humano a desejar aquilo que se opõe à vontade de Deus" (Taylor, 2006, p. 154). Isso torna a escolha do bem difícil, mas não impossível, especialmente com a ajuda da graça divina.

Essa visão ressalta a importância da graça, que para Bonner (2007) é "a única força capaz de restaurar a liberdade da vontade humana corrompida pelo pecado original" (Bonner, 2007, p. 87). A graça não apenas restaura a liberdade, mas capacita o ser humano a resistir às tentações da concupiscência e a viver de acordo com a vontade de Deus.

Embora o pecado original tenha corrompido a vontade humana, Agostinho acredita que a redenção é possível por meio da graça divina. A graça de Cristo, segundo ele, "é capaz de curar a corrupção da vontade e restaurar o livre-arbítrio" (Van Fleteren, 2014, p. 61). Dessa forma, o ser humano, mesmo inclinado ao mal, pode ser redimido e restaurado à comunhão com Deus.

Essa visão de redenção vai além do perdão e envolve uma transformação profunda. Segundo Smith (2009), "a graça não apenas perdoa, mas transforma o ser humano, capacitando-o a viver de acordo com a vontade de Deus" (Smith, 2009, p. 142). Isso reflete a crença de Agostinho de que a salvação é um processo contínuo de crescimento espiritual, onde o indivíduo é transformado pela graça.

Portanto, a visão agostiniana sobre o livre-arbítrio e o pecado original é uma combinação de responsabilidade moral, graça divina e transformação espiritual.

Embora o pecado tenha corrompido a vontade humana, a graça possibilita que o ser humano supere suas inclinações ao mal e viva em conformidade com a vontade de Deus.

A visão agostiniana sobre o livre-arbítrio e o pecado original estabelece que, embora o pecado tenha corrompido a vontade humana, isso não elimina a responsabilidade moral do indivíduo. Santo Agostinho argumenta que, apesar da inclinação ao mal, o ser humano ainda possui a capacidade de escolha e discernimento, mesmo que sua vontade esteja enfraquecida. A graça divina, nesse contexto, não retira a responsabilidade moral, mas atua como um auxílio necessário para que o ser humano possa exercer seu livre-arbítrio de forma plena e eficaz. A corrupção da vontade não significa a ausência de liberdade, mas sim uma liberdade debilitada que, para ser restaurada e orientada ao bem, depende da intervenção da graça. Assim, a responsabilidade moral se mantém porque o ser humano é capaz de reconhecer o bem e o mal, e, com o auxílio da graça, pode efetivamente escolher o bem, superando suas inclinações naturais. A graça não anula a liberdade humana; ao contrário, ela fortalece a capacidade do ser humano de viver em conformidade com a vontade divina, tornando-o plenamente responsável por suas ações quando este responde positivamente a esse auxílio divino.

2.4 O PAPEL DA GRAÇA NO LIVRE-ARBÍTRIO

A doutrina da graça é uma das contribuições mais significativas de Santo Agostinho para a teologia cristã. Para ele, a graça é absolutamente necessária para que o ser humano possa exercer corretamente o seu livre-arbítrio. Agostinho afirma que "sem a graça de Deus, o livre-arbítrio é incapaz de alcançar o bem supremo" (Agostinho, 2003, p. 126). Isso significa que, embora o ser humano tenha a capacidade de fazer escolhas, ele não é capaz de escolher o bem de maneira consistente sem a ajuda divina.

A graça, segundo Agostinho, não anula o livre-arbítrio, mas o aperfeiçoa. Ele explica que "a graça é como um remédio para a vontade corrompida pelo pecado original" (Gilson, 2001, p. 167). Isso reflete sua crença de que o ser humano, por si só, é incapaz de superar suas inclinações pecaminosas, mas com a ajuda da graça, ele pode viver de acordo com a vontade de Deus.

Essa visão da graça como um aperfeiçoamento do livre-arbítrio é central para

a teologia da salvação de Agostinho. Ele argumenta que a graça de Deus não apenas torna possível a escolha do bem, mas também capacita o ser humano a perseverar no caminho da virtude. "A graça não apenas inicia o processo de salvação, mas também o sustenta até o fim" (Agostinho, 1997, p. 273). Isso significa que a salvação é um processo contínuo, no qual o ser humano depende da graça em todas as etapas.

Além disso, Agostinho destaca que a graça é um dom gratuito de Deus, que não pode ser merecido pelas obras humanas. Ele afirma que "a salvação é inteiramente um dom da graça, e não uma recompensa pelas boas obras" (Agostinho, 1997, p. 276). Isso reflete sua crença de que a salvação é um ato de misericórdia divina, e não algo que o ser humano possa conquistar por seus próprios méritos.

A doutrina da graça de Agostinho nos oferece uma visão profundamente humilde da condição humana. Ele nos lembra que, por mais que tentemos fazer o bem, somos incapazes de alcançar a perfeição sem a ajuda de Deus. Isso nos desafia a reconhecer nossa dependência da graça divina e a ver a salvação não como algo que podemos merecer, mas como um presente gratuito de Deus.

Agostinho também discute a relação entre graça e liberdade em termos de predestinação. Ele argumenta que Deus, em sua sabedoria infinita, predestina alguns para a salvação, concedendo-lhes a graça necessária para perseverar na fé. "A predestinação é a escolha soberana de Deus para salvar aqueles a quem ele concedeu sua graça" (Agostinho, 2001, p. 142). Isso levanta a questão de como a predestinação se relaciona com o livre-arbítrio.

Segundo Agostinho, "Deus, em sua presciência, sabe quem escolherá o bem, e, por isso, ele concede a graça necessária para que essa escolha seja possível" (Agostinho, 2001, p. 146). Isso significa que a liberdade humana e a soberania divina coexistem de maneira misteriosa, de modo que o ser humano é verdadeiramente livre, mas também depende da graça para fazer o bem.

Além disso, Agostinho sugere que a graça não apenas capacita o ser humano a fazer o bem, mas também transforma seu coração. Ele explica que "a graça não apenas muda nossas ações, mas também nossos desejos" (Agostinho, 1997, p. 283). Isso reflete sua crença de que a salvação não é apenas uma questão de comportamento externo, mas de transformação interior.

A transformação do coração é central para a visão agostiniana da salvação. Ele argumenta que "o ser humano só pode amar verdadeiramente o bem quando seu coração é transformado pela graça" (Gilson, 2001, p. 179). Isso significa que a

salvação não é apenas uma questão de fazer o que é certo, mas de amar o que é certo. A graça, portanto, não apenas restaura a liberdade da vontade, mas também transforma os desejos do ser humano.

A visão de Agostinho sobre a transformação do coração nos oferece uma compreensão mais profunda da salvação. Ele nos lembra que o objetivo final da graça não é apenas mudar nosso comportamento, mas transformar nosso ser interior. Isso nos desafia a ver a salvação não apenas como um ajuste externo, mas como uma renovação completa do nosso ser em que nossos desejos e vontades são alinhados com a vontade de Deus.

A doutrina da graça é uma das contribuições mais significativas de Santo Agostinho para a teologia cristã. Para ele, a graça é absolutamente necessária para que o ser humano possa exercer corretamente o seu livre-arbítrio. Segundo Marrou (1958), "sem a graça de Deus, o livre-arbítrio é incapaz de alcançar o bem supremo" (Marrou, 1958, p. 108). Isso significa que, embora o ser humano tenha a capacidade de fazer escolhas, ele não é capaz de escolher o bem de maneira consistente sem a ajuda divina.

A graça, segundo Agostinho, não anula o livre-arbítrio, mas o aperfeiçoa. Ele explica que "a graça é como um remédio para a vontade corrompida pelo pecado original" (O'donnell, 2001, p. 212). Isso reflete sua crença de que o ser humano, por si só, é incapaz de superar suas inclinações pecaminosas, mas com a ajuda da graça, ele pode viver de acordo com a vontade de Deus. Nessa linha, Burnaby (1940) enfatiza que a ação divina é essencial para corrigir a distorção moral causada pelo pecado, restaurando a liberdade perdida (Burnaby, 1940).

Essa visão da graça como um aperfeiçoamento do livre-arbítrio é central para a teologia da salvação de Agostinho. Ele argumenta que a graça de Deus não apenas torna possível a escolha do bem, mas também capacita o ser humano a perseverar no caminho da virtude. Para Kaplan (2002), "a graça não apenas inicia o processo de salvação, mas também o sustenta até o fim" (Kaplan, 2014, p. 176). Isso significa que a salvação é um processo contínuo, no qual o ser humano depende da graça em todas as etapas.

Além disso, Agostinho destaca que a graça é um dom gratuito de Deus, que não pode ser merecido pelas obras humanas. Ele afirma que "a salvação é inteiramente um dom da graça, e não uma recompensa pelas boas obras" (O'donnell, 2001, p. 214). Isso reflete a perspectiva de que a salvação não pode ser conquistada

pelos esforços humanos, mas é resultado da misericórdia divina.

A doutrina da graça de Agostinho nos oferece uma visão profundamente humilde da condição humana. Para Evans (2014), Agostinho nos lembra que, “por mais que o ser humano tente fazer o bem, ele é incapaz de alcançar a perfeição sem a intervenção divina” (Evans, 2014, p. 205). Isso nos desafia a reconhecer nossa dependência da graça divina e a ver a salvação não como algo que podemos merecer, mas como um presente gratuito de Deus.

Agostinho também discute a relação entre graça e liberdade em termos de predestinação. Ele argumenta que Deus, em sua sabedoria infinita, predestina alguns para a salvação, concedendo-lhes a graça necessária para perseverar na fé. Segundo Rankin (1964), “a predestinação é a escolha soberana de Deus para salvar aqueles a quem ele concedeu sua graça” (Rankin, 1964, p. 158). Isso levanta a questão de como a predestinação se relaciona com o livre-arbítrio.

Para Agostinho, a predestinação não anula a liberdade humana, mas a sustenta. Como sugerido por Williams (1986), “Deus, em sua presciência, sabe quem escolherá o bem, e, por isso, concede a graça necessária para que essa escolha seja possível” (Williams, 1986, p. 204). Isso significa que a liberdade humana e a soberania divina coexistem de maneira misteriosa, de modo que o ser humano é verdadeiramente livre, mas também depende da graça para fazer o bem.

Além disso, Agostinho sugere que a graça não apenas capacita o ser humano a fazer o bem, mas também transforma seu coração. Ele explica que “a graça não apenas muda nossas ações, mas também nossos desejos” (O’donnell, 2001, p. 225). Isso reflete sua crença de que a salvação não é apenas uma questão de comportamento externo, mas de transformação interior. O mesmo é enfatizado por Brown (2003), que afirma que a transformação do coração é o objetivo final da graça, realinhando os desejos humanos com os de Deus (Brown, 2003, p. 243).

A transformação do coração é central para a visão agostiniana da salvação. Agostinho argumenta que “o ser humano só pode amar verdadeiramente o bem quando seu coração é transformado pela graça” (Marrou, 1958, p. 133). Isso significa que a salvação não é apenas uma questão de fazer o que é certo, mas de amar o que é certo. A graça, portanto, não apenas restaura a liberdade da vontade, mas também transforma os desejos do ser humano.

A visão de Agostinho sobre a transformação do coração nos oferece uma compreensão mais profunda da salvação. Ele nos lembra que o objetivo final da graça

não é apenas mudar nosso comportamento, mas transformar nosso ser interior. Isso nos desafia a ver a salvação não apenas como um ajuste externo, mas como uma renovação completa do nosso ser, em que nossos desejos e vontades são alinhados com a vontade de Deus.

Em síntese, a concepção de Santo Agostinho sobre o livre-arbítrio revela uma visão profundamente teológica e moral, onde a liberdade humana está intrinsecamente ligada à graça divina e à responsabilidade moral. Agostinho argumenta que, embora o pecado original tenha corrompido a vontade humana, a graça de Deus oferece a possibilidade de restauração, permitindo que o ser humano exerça seu livre-arbítrio de maneira orientada para o bem supremo, que é Deus. Dessa forma, a liberdade humana, embora debilitada pelo pecado, é fortalecida e redimida pela graça, possibilitando uma vida virtuosa e alinhada à vontade divina. O papel da graça, portanto, não é meramente o de reparar a vontade corrompida, mas de transformá-la, direcionando-a para o verdadeiro exercício da liberdade moral e espiritual.

Com a base estabelecida sobre a importância do livre-arbítrio e da graça na ética de Santo Agostinho, o próximo capítulo explorará como as virtudes, sustentadas pela graça divina, se tornam o caminho para alcançar a verdadeira liberdade. Agostinho propõe que a prática das virtudes, orientada pelo amor a Deus, é essencial para que o ser humano supere suas inclinações e viva em conformidade com a vontade divina, experimentando assim a liberdade plena e verdadeira.

3 AS VIRTUDES E A LIBERDADE EM SANTO AGOSTINHO

3.1 A DEFINIÇÃO DE VIRTUDE EM SANTO AGOSTINHO

Santo Agostinho, no contexto da sua filosofia, desenvolve uma noção de virtude que está intrinsecamente conectada ao conceito de moralidade cristã. Para ele, a virtude é uma boa qualidade, implantada por Deus na alma, que permite ao ser humano agir de maneira reta e justa. Em sua obra *A Cidade de Deus*, Agostinho declara que “a verdadeira virtude é aquela que se submete à vontade de Deus” (Agostinho, 1999, p. 398), o que evidencia que o exercício da virtude é dependente da relação do ser humano com o divino.

Essa dependência da graça divina para o exercício das virtudes se opõe ao pensamento dos filósofos clássicos, como Aristóteles, que acreditavam que a virtude poderia ser adquirida através da prática e do esforço humano. Para Agostinho, é a graça de Deus que capacita o ser humano a agir com justiça, prudência, temperança e fortaleza. A prudência, por exemplo, é vista como a capacidade de discernir o que deve ser feito, sempre de acordo com a vontade divina. Ele afirma que “a prudência é a ciência do que deve ser desejado e do que deve ser evitado” (Agostinho, 2002, p. 32) e ressalta o papel dessa virtude na vida moral do cristão.

A noção de virtude em Santo Agostinho, que depende essencialmente da graça divina, desafia profundamente as concepções clássicas de filósofos como Aristóteles, que defendem a aquisição das virtudes por meio da prática e do esforço humano. Para Aristóteles, as virtudes são hábitos morais que podem ser cultivados e aperfeiçoados ao longo do tempo através de ações deliberadas e repetitivas, colocando o desenvolvimento ético inteiramente nas mãos do indivíduo. Em contraste, Agostinho argumenta que, embora a prática das virtudes seja importante, o ser humano é incapaz de alcançá-las plenamente por seu próprio esforço devido à corrupção causada pelo pecado original. A graça divina, para Agostinho, é o elemento central que capacita o ser humano a agir com justiça, prudência, temperança e fortaleza. A prudência, por exemplo, não é apenas uma habilidade adquirida pela experiência, mas uma ciência divina, um discernimento guiado pela vontade de Deus. Essa dependência da graça desloca o foco da autonomia humana na ética clássica para uma moralidade teocêntrica, em que o agir virtuoso depende da intervenção divina.

A justiça, por sua vez, é descrita por Agostinho como a virtude que orienta o ser humano a dar a cada um o que lhe é devido. No entanto, essa justiça não se limita às relações interpessoais, mas também envolve a relação do ser humano com Deus. Segundo ele, "a justiça verdadeira só pode ser alcançada quando o ser humano reconhece sua dependência de Deus" (Agostinho, 1999, p. 400). Assim, a justiça agostiniana transcende a esfera humana, alcançando um nível espiritual.

A perspectiva de Agostinho sobre a justiça reflete uma abordagem teológica em que o ser humano não pode agir de maneira justa sem primeiro reconhecer sua própria limitação e a necessidade da graça divina. Isso contrasta com outras tradições filosóficas que focam exclusivamente na justiça como uma virtude cívica. Para Agostinho, a verdadeira justiça não pode ser alcançada sem a orientação divina, o que mostra a interdependência entre as virtudes e a fé.

A fortaleza, outra virtude central para Agostinho, é a capacidade de suportar os sofrimentos e adversidades com firmeza, sempre com os olhos fixos em Deus. Ele escreve que "a fortaleza é a disposição para suportar com coragem todas as dificuldades em nome de Cristo" (Agostinho, 1997, p. 234). Para Agostinho, a fortaleza cristã é muito mais do que uma resistência física; trata-se de uma força espiritual que permite ao ser humano enfrentar os desafios da vida com fé e confiança em Deus.

Por fim, a temperança, que é a virtude do controle sobre os desejos, também ocupa um lugar central na ética agostiniana. Agostinho vê a temperança como a capacidade de moderar os desejos e paixões para que o ser humano não se desvie do caminho do bem. Ele explica que "a temperança modera os desejos para que não nos afastemos da razão" (Agostinho, 2000, p. 43). Para ele, a verdadeira temperança só pode ser alcançada quando o ser humano submete sua vontade à de Deus.

A visão de Agostinho sobre a temperança desafia a tendência moderna de ver o controle dos desejos como algo puramente individual. Ele propõe que a temperança não é apenas uma questão de disciplina pessoal, mas de alinhamento com a ordem divina. Isso sugere que a verdadeira liberdade, para Agostinho, não está em fazer o que se deseja, mas em controlar esses desejos de acordo com a vontade de Deus.

Assim, a definição de virtude em Santo Agostinho reflete sua crença de que as virtudes não podem ser entendidas fora do contexto da relação do ser humano com Deus. As virtudes cardeais – prudência, justiça, fortaleza e temperança – são vistas como disposições que orientam o ser humano para o bem, mas que só podem ser plenamente vividas quando estão enraizadas na caridade e na graça divina. Sem

Deus, essas virtudes se tornam vazias e ineficazes.

Além das virtudes cardeais, Agostinho também enfatiza a caridade como a virtude que unifica todas as outras. Para ele, “a caridade é a mãe de todas as virtudes” (Agostinho, 2000, p. 12), pois é através do amor a Deus e ao próximo que todas as outras virtudes encontram seu verdadeiro propósito. A caridade, para Agostinho, é o vínculo perfeito que une o ser humano a Deus e, conseqüentemente, orienta todas as suas ações morais.

A centralidade da caridade no pensamento agostiniano destaca a diferença fundamental entre a ética cristã e outras tradições filosóficas. Enquanto os filósofos gregos viam a virtude como um fim em si mesma, Agostinho nos lembra que a virtude só encontra seu verdadeiro significado no amor a Deus. Isso nos leva a refletir sobre a importância da motivação das ações morais e sobre a necessidade de integrar a fé e a moralidade na vida cotidiana.

Santo Agostinho, no contexto da sua filosofia, desenvolve uma noção de virtude que está intrinsecamente conectada ao conceito de moralidade cristã. Para ele, a virtude é uma boa qualidade implantada por Deus na alma, permitindo ao ser humano agir de maneira reta e justa. A verdadeira virtude, segundo Agostinho, é aquela que se submete à vontade divina, conforme destacado por O’donnell (2001), ao afirmar que “a verdadeira virtude é vivida em conformidade com os preceitos divinos e a graça” (O’donnell, 2001, p. 137).

Essa dependência da graça divina para o exercício das virtudes se opõe ao pensamento dos filósofos clássicos, como Aristóteles, que acreditavam que a virtude poderia ser adquirida através da prática e do esforço humano. Para Agostinho, é a graça de Deus que capacita o ser humano a agir com justiça, prudência, temperança e fortaleza. Segundo Kaplan (2014), a prudência, por exemplo, “é vista como a capacidade de discernir o que deve ser feito, sempre de acordo com a vontade divina” (Kaplan, 2014, p. 69).

A justiça, por sua vez, é descrita por Agostinho como a virtude que orienta o ser humano a dar a cada um o que lhe é devido. No entanto, essa justiça não se limita às relações interpessoais, mas também envolve a relação com Deus. Para Brown (2003), “a justiça, em última análise, é viver em harmonia com a ordem divina, reconhecendo a dependência humana da graça” (Brown, 2003, p. 228). A visão agostiniana de justiça transcende a esfera humana, alcançando um nível espiritual profundo.

A definição agostiniana de justiça, ao transcender as relações interpessoais e envolver diretamente a relação com Deus, amplia e transforma o entendimento tradicional da justiça como uma virtude meramente cívica. Para Agostinho, a justiça não se limita a dar a cada um o que lhe é devido em termos humanos, mas abrange a harmonia com a ordem divina, na qual o ser humano reconhece sua total dependência da graça de Deus. Esse entendimento altera a concepção clássica de justiça, que geralmente foca em questões de equidade e direitos nas relações sociais e políticas, ao incorporar uma dimensão espiritual mais profunda. Segundo Agostinho, viver justamente não é apenas agir corretamente em relação aos outros, mas também conformar a vida à vontade de Deus, sendo a verdadeira justiça aquela que guia o ser humano a viver em harmonia com a ordem divina e a praticar as virtudes sustentadas pela graça.

A fortaleza, outra virtude central, é a capacidade de suportar os sofrimentos e adversidades com firmeza, sempre com os olhos fixos em Deus. Segundo Burnaby (1940), a fortaleza cristã é "uma força espiritual sustentada pela fé em Cristo" (Burnaby, 1940, p. 121), permitindo ao ser humano enfrentar os desafios da vida com fé e confiança em Deus.

Por fim, a temperança, que é a virtude do controle sobre os desejos, também ocupa um lugar central na ética agostiniana. Como descreve Evans (2010), "a verdadeira temperança se manifesta quando o ser humano modera seus desejos em submissão à ordem divina" (Evans, 2014, p. 154). Para Agostinho, a verdadeira temperança só pode ser alcançada quando o ser humano submete sua vontade à de Deus, o que contrasta com visões mais seculares que enxergam o controle dos desejos como algo puramente individual.

Assim, a definição de virtude em Santo Agostinho reflete sua crença de que as virtudes não podem ser entendidas fora do contexto da relação do ser humano com Deus. As virtudes cardeais – prudência, justiça, fortaleza e temperança – são vistas como disposições que orientam o ser humano para o bem, mas que só podem ser plenamente vividas quando estão enraizadas na caridade e na graça divina, conforme destaca Marrou (1958), ao afirmar que "sem Deus, as virtudes perdem seu sentido e direção" (Marrou, 1958, p. 181).

Além das virtudes cardeais, Agostinho também enfatiza a caridade como a virtude que unifica todas as outras. Para Williams (1986), "a caridade é o elo que sustenta e orienta todas as outras virtudes no caminho da fé" (Williams, 1986, p. 102),

pois é através do amor a Deus e ao próximo que todas as outras virtudes encontram seu verdadeiro propósito.

3.2 A LIBERDADE ATRAVÉS DA PRÁTICA DAS VIRTUDES

Agostinho considera que a liberdade verdadeira só pode ser alcançada através da prática das virtudes. Em sua obra *De libero arbitrio*, ele afirma que “a verdadeira liberdade é a liberdade de fazer o bem, e essa liberdade só pode ser alcançada pela graça de Deus” (Agostinho, 2003, p. 245). Isso significa que, para Agostinho, a liberdade não é simplesmente a capacidade de escolher entre o bem e o mal, mas a capacidade de escolher o bem de maneira consistente e firme.

Essa visão de liberdade como um estado interior, e não apenas como a ausência de restrições externas, é fundamental para o pensamento de Agostinho. Ele argumenta que “a liberdade sem a prática das virtudes é uma falsa liberdade, uma vez que o ser humano permanece escravizado pelos seus desejos desordenados” (Agostinho, 1999, p. 410). Portanto, a liberdade verdadeira só pode ser alcançada através do domínio de si mesmo, que é obtido pela prática constante das virtudes.

Além disso, Agostinho enfatiza que a verdadeira liberdade é a liberdade de servir a Deus. Ele explica que “quando o ser humano vive de acordo com as virtudes, ele se liberta das correntes do pecado e se torna verdadeiramente livre para seguir a Deus” (Agostinho, 1997, p. 210). Assim, a liberdade, para Agostinho, não é apenas a ausência de coerção, mas a conformidade com a vontade divina.

A concepção de liberdade em Agostinho nos oferece uma perspectiva única em relação às concepções modernas de liberdade. Enquanto a liberdade contemporânea é frequentemente associada à ideia de autonomia individual e à capacidade de agir sem restrições, Agostinho nos lembra que a verdadeira liberdade está em viver de acordo com o bem. Isso nos desafia a reconsiderar o papel das virtudes na vida moral e a reconhecer que a liberdade, quando desprovida de orientação ética, pode facilmente se tornar escravidão ao pecado.

Para Santo Agostinho, a verdadeira liberdade é alcançada não pela simples autonomia de escolher entre o bem e o mal, mas pela capacidade de escolher consistentemente o bem, algo que só é possível pela prática das virtudes e pelo auxílio da graça divina. Embora o ser humano possua o livre-arbítrio, ou seja, a liberdade de fazer escolhas, a inclinação ao mal decorrente do pecado original enfraquece essa

liberdade. Agostinho concilia essa visão com a autonomia humana ao afirmar que o livre-arbítrio, sem a orientação da graça, tende a se desviar para escolhas erradas, escravizando o indivíduo aos seus desejos desordenados. No entanto, a graça não anula a liberdade humana, mas a aperfeiçoa, capacitando o ser humano a escolher o bem de maneira firme e consistente. Dessa forma, o livre-arbítrio não é negado, mas potencializado pela graça, permitindo que a verdadeira liberdade seja exercida quando o ser humano vive em conformidade com a vontade divina e as virtudes.

Para Agostinho, o pecado original tem um impacto direto na capacidade humana de viver de maneira verdadeiramente livre. Ele argumenta que “o pecado original corrompeu a vontade humana, tornando-a inclinada ao mal” (Agostinho, 2003, p. 192). Como resultado, o ser humano, por si só, não é capaz de praticar as virtudes e, portanto, não pode alcançar a verdadeira liberdade sem a ajuda da graça divina.

A prática das virtudes, então, é vista por Agostinho como o meio pelo qual o ser humano é libertado da escravidão do pecado. Ele escreve que “a graça de Deus capacita o ser humano a viver de acordo com as virtudes, e é por meio dessa prática que ele alcança a verdadeira liberdade (Gilson, 2001, p. 137).

Assim, a liberdade, para Agostinho, não é apenas uma questão de escolha, mas de transformação interior. O papel da graça na liberdade agostiniana revela a profundidade de sua visão teológica. Ao contrário das abordagens filosóficas que consideram a liberdade uma questão puramente humana, Agostinho enfatiza que a liberdade verdadeira só é possível através da intervenção divina. Isso nos leva a uma reflexão mais profunda sobre a condição humana e sobre a necessidade de reconhecer a nossa dependência de Deus para viver de maneira livre e virtuosa.

Outro ponto central na concepção agostiniana de liberdade é o papel do livre-arbítrio. Embora o ser humano tenha a capacidade de escolher entre o bem e o mal, essa liberdade está sempre condicionada pela inclinação ao pecado. Agostinho afirma que “o livre-arbítrio, sem a graça de Deus, é insuficiente para conduzir o ser humano à verdadeira liberdade” (Agostinho, 1999, p. 390). Portanto, a liberdade humana está sempre limitada pela necessidade da graça divina.

Além disso, Agostinho argumenta que a liberdade verdadeira é aquela que se realiza no amor. Ele escreve que “a liberdade só pode ser alcançada quando a vontade humana está orientada pelo amor a Deus e ao próximo” (Agostinho, 1997, p. 230). Isso significa que, para Agostinho, a liberdade não é apenas uma questão de escolha, mas de amor. O ser humano só pode ser verdadeiramente livre quando suas

escolhas são guiadas pelo amor divino.

O conceito de liberdade em Agostinho, orientado pelo amor, oferece uma compreensão mais rica e profunda do que significa ser verdadeiramente livre. Ele nos lembra que a liberdade não é um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual o ser humano pode se aproximar de Deus. Essa visão desafia a ideia moderna de liberdade como autonomia e nos convida a ver a liberdade como uma vocação para amar e servir.

Santo Agostinho considera que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada através da prática das virtudes. Em sua obra *De libero arbitrio*, ele afirma que “a verdadeira liberdade é a liberdade de fazer o bem, e essa liberdade só pode ser alcançada pela graça de Deus” (Agostinho, 2003, p. 245). Isso significa que, para Agostinho, a liberdade não é simplesmente a capacidade de escolher entre o bem e o mal, mas a capacidade de escolher o bem de maneira consistente, firmada pela prática das virtudes.

Essa visão de liberdade como um estado interior, e não apenas como a ausência de restrições externas, é fundamental no pensamento de Agostinho. De acordo com Burnaby (1940), “a liberdade sem a prática das virtudes é ilusória, pois o ser humano continua escravizado pelos desejos desordenados” (Burnaby, 1940, p. 93). Nesse sentido, a liberdade verdadeira só é alcançada através do domínio de si mesmo, obtido pela prática constante das virtudes.

Além disso, Agostinho enfatiza que a verdadeira liberdade é a liberdade de servir a Deus. Segundo Kaplan (2014), “quando o ser humano vive de acordo com as virtudes, ele se liberta da escravidão do pecado e se torna verdadeiramente livre para seguir a Deus” (Kaplan, 2014, p. 122). Assim, a liberdade, para Agostinho, vai além da ausência de coerção, sendo a conformidade com a vontade divina.

A concepção de liberdade em Agostinho oferece uma perspectiva distinta das concepções modernas. Enquanto a noção contemporânea de liberdade frequentemente associa-se à autonomia individual, Agostinho, como descreve Evans (2010), lembra que “a verdadeira liberdade é viver de acordo com o bem e a ordem divina” (Evans, 2014, p. 146). Essa visão desafia a concepção de liberdade como uma escolha desprovida de orientação ética e sugere que, sem as virtudes, a liberdade pode se tornar uma forma de escravidão ao pecado.

Para Agostinho, o pecado original corrompeu a vontade humana, impedindo o ser humano de viver plenamente livre. Ele argumenta que “o pecado original inclinou

a vontade humana ao mal” (Agostinho, 2003, p. 192). Assim, segundo Brown (2003), “a liberdade verdadeira só pode ser restabelecida pela prática das virtudes, auxiliada pela graça divina” (Brown, 2003, p. 176).

Santo Agostinho entende que, embora o pecado original tenha corrompido a vontade humana, inclinando-a ao mal, o ser humano ainda retém a capacidade de exercer o livre-arbítrio, mas de forma enfraquecida. Para ele, o livre-arbítrio não foi destruído, mas sim distorcido, o que significa que o ser humano pode fazer escolhas, porém essas escolhas tendem ao mal sem a intervenção da graça divina. Agostinho acredita que, com o auxílio da graça, a vontade humana pode ser restaurada e redirecionada para o bem. Assim, mesmo com a inclinação ao mal, o ser humano pode exercer o livre-arbítrio, especialmente quando capacitado pela graça a escolher o bem e a viver de acordo com as virtudes. Dessa forma, a liberdade plena, para Agostinho, só é possível quando o livre-arbítrio é orientado e fortalecido pela graça divina, permitindo que o ser humano supere suas inclinações pecaminosas e viva em conformidade com a vontade de Deus.

A prática das virtudes, então, é vista como o caminho pelo qual o ser humano é libertado da escravidão do pecado. Gilson (2001) complementa essa visão afirmando que “a graça de Deus capacita o ser humano a viver de acordo com as virtudes, e é por meio dessa prática que ele alcança a verdadeira liberdade” (Gilson, 2001, p. 137). Dessa forma, a liberdade não é apenas uma questão de escolha, mas de transformação interior, revelando a profundidade da visão teológica de Agostinho sobre o papel da graça.

Outro ponto central na concepção agostiniana de liberdade é o papel do livre-arbítrio. Embora o ser humano tenha a capacidade de escolher entre o bem e o mal, essa liberdade está condicionada pela inclinação ao pecado. Como Marrou (1958) observa, “o livre-arbítrio, sem a graça de Deus, é insuficiente para conduzir o ser humano à verdadeira liberdade” (Marrou, 1958, p. 192). Assim, a liberdade humana está sempre limitada pela necessidade da graça.

Agostinho também argumenta que a liberdade verdadeira se realiza no amor. Para ele, “a liberdade só é verdadeira quando a vontade está orientada pelo amor a Deus e ao próximo” (Williams, 1986, p. 113). Isso significa que a liberdade não é apenas uma questão de escolha, mas de amor. O ser humano só pode ser verdadeiramente livre quando suas escolhas são guiadas pelo amor divino.

Essa concepção de liberdade, orientada pelo amor, oferece uma compreensão

mais rica do que significa ser verdadeiramente livre. Como enfatiza Burnaby (1940), "Agostinho nos lembra que a liberdade é uma vocação para o amor e o serviço a Deus e ao próximo" (Burnaby, 1940, p. 101). Essa visão desafiadora da liberdade contrasta com as ideias modernas de autonomia, propondo que a verdadeira liberdade é encontrada na conformidade com a vontade divina.

3.3 AS VIRTUDES TEOLOGAIS E O AMOR EM SANTO AGOSTINHO

As Virtudes Teológicas e o Amor em Santo Agostinho se conectam profundamente com o tema do livre-arbítrio, pois explora como as virtudes da fé, esperança e caridade orientam o exercício da liberdade humana na busca pelo bem supremo, que é Deus. Santo Agostinho defende que o livre-arbítrio, embora corrompido pelo pecado original, é restaurado e fortalecido pela graça divina, permitindo ao ser humano escolher o bem. Nesse sentido, as virtudes teológicas atuam como guias que direcionam o livre-arbítrio para o amor a Deus e ao próximo, garantindo que as escolhas humanas não se baseiem apenas na autonomia, mas na comunhão com a vontade divina. Assim, o amor, como virtude central, subordina todas as outras virtudes e direciona o ser humano a usar seu livre-arbítrio de forma virtuosa, alinhando sua liberdade com a prática das virtudes e a busca pela verdadeira felicidade.

Santo Agostinho coloca uma ênfase significativa nas virtudes teológicas, especialmente no amor (*caritas*) como o fundamento da vida cristã. Para ele, o amor é a força que impulsiona todas as outras virtudes. Ele escreve: "A caridade é a virtude pela qual amamos a Deus por si mesmo, e o próximo como a nós mesmos" (Agostinho, 1999, p. 394). A virtude da caridade, portanto, é a base de todas as outras virtudes.

Além da caridade, Agostinho discute as outras virtudes teológicas: fé e esperança. Ele afirma que "a fé é a base da nossa relação com Deus, pois é pela fé que cremos nele e aceitamos sua revelação" (Agostinho, 1999, p. 396). A esperança, por sua vez, é a virtude pela qual confiamos em Deus e aguardamos a salvação prometida.

Para Agostinho, essas virtudes teológicas são essenciais para a vida cristã porque orientam o ser humano para Deus e para o próximo. Ele escreve: "A fé nos conecta a Deus, a esperança nos sustenta em nossa jornada espiritual, e a caridade

nos capacita a amar como Deus nos ama" (Agostinho, 1997, p. 260).

Essas virtudes, portanto, são os pilares da vida moral e espiritual. A ênfase de Agostinho nas virtudes teologais nos oferece uma visão mais profunda da vida cristã. Ele nos lembra que, embora as virtudes cardeais sejam importantes, elas só alcançam seu pleno significado quando enraizadas no amor a Deus e ao próximo. Isso nos desafia a ver a moralidade não apenas como um conjunto de regras, mas como uma expressão do amor divino.

A prática das virtudes, para Agostinho, não é apenas uma questão de disciplina moral, mas de transformação interior. Ele afirma que "as virtudes teologais transformam o coração humano, orientando-o para o bem" (Brown, 2003, p. 189). Isso significa que a verdadeira liberdade e a prática das virtudes estão profundamente interligadas, pois só através do amor a Deus o ser humano pode viver de maneira verdadeiramente virtuosa e livre.

Além disso, Agostinho argumenta que a caridade é a virtude que unifica todas as outras. Ele afirma que "sem caridade, nenhuma outra virtude pode ser considerada verdadeira" (Agostinho, 2000, p. 85). Isso reflete sua crença de que a vida cristã é essencialmente uma vida de amor e que todas as outras virtudes são meras expressões desse amor.

A centralidade do amor na ética agostiniana destaca a diferença fundamental entre a visão cristã da moralidade e as tradições filosóficas seculares. Enquanto muitos sistemas éticos veem a moralidade como um conjunto de normas ou regras, Agostinho nos lembra que a verdadeira moralidade é uma questão de coração e que o amor é o princípio que orienta todas as nossas ações. Isso nos desafia a reconsiderar o papel das emoções na vida moral e a reconhecer a importância do amor em nossas interações diárias.

A esperança, por sua vez, é vista por Agostinho como a virtude que nos mantém firmes em nossa jornada espiritual. Ele explica que "a esperança é a confiança na promessa de Deus, que nos sustenta em meio às dificuldades da vida" (Agostinho, 1997, p. 250). Para Agostinho, a esperança não é uma simples expectativa de algo melhor, mas uma confiança profunda na fidelidade de Deus.

A esperança, na perspectiva de Agostinho, nos oferece uma compreensão mais profunda da virtude cristã. Ele nos lembra que, embora enfrentemos muitas dificuldades e provações, a esperança nos mantém firmes, confiando que Deus cumprirá suas promessas. Isso nos desafia a cultivar uma esperança ativa em nossa

vida diária, sempre mantendo os olhos fixos em Deus e nas suas promessas.

Por fim, Agostinho argumenta que a fé é a base de toda a vida cristã. Ele afirma que "sem fé, é impossível agradar a Deus, pois é pela fé que nos conectamos a ele e aceitamos sua graça" (Agostinho, 1999, p. 420). Para Agostinho, a fé não é apenas uma crença intelectual, mas uma confiança total em Deus.

Para Agostinho, essas virtudes teológicas são essenciais porque orientam o ser humano para Deus e para o próximo. Ele escreve: "A fé nos conecta a Deus, a esperança nos sustenta em nossa jornada espiritual, e a caridade nos capacita a amar como Deus nos ama" (Agostinho, 1997, p. 260). Brown (2003) ressalta que "essas virtudes funcionam como os pilares centrais da ética agostiniana, proporcionando um meio pelo qual o ser humano transcende sua própria limitação e busca a união com o bem supremo" (Brown, 2003, p. 153).

A prática das virtudes, para Agostinho, não é apenas uma questão de disciplina moral, mas de transformação interior. Ele afirma que "as virtudes teológicas transformam o coração humano, orientando-o para o bem" (Brown, 2003, p. 189). Isso significa que a verdadeira liberdade e a prática das virtudes estão profundamente interligadas, pois só através do amor a Deus o ser humano pode viver de maneira verdadeiramente virtuosa e livre.

Além disso, Agostinho argumenta que a caridade é a virtude que unifica todas as outras. Ele escreve que "sem caridade, nenhuma outra virtude pode ser considerada verdadeira" (Agostinho, 2000, p. 85). Harrison (1992) complementa que "o amor divino, em Agostinho, é o que transforma a ética cristã, não como um sistema de deveres, mas como uma vocação para a comunhão com Deus" (Harrison, 1992, p. 84). Isso reflete a crença de Agostinho de que a vida cristã é essencialmente uma vida de amor e que todas as outras virtudes são expressões desse amor.

A esperança, por sua vez, é vista por Agostinho como a virtude que nos mantém firmes em nossa jornada espiritual. Ele explica que "a esperança é a confiança na promessa de Deus, que nos sustenta em meio às dificuldades da vida" (Agostinho, 1997, p. 250). Como Armstrong (1981) afirma, "a esperança, em Agostinho, não é uma expectativa passiva, mas um ato de confiança dinâmica no plano de Deus para a salvação" (Armstrong, 1981, p. 64).

Por fim, Agostinho argumenta que a fé é a base de toda a vida cristã. Ele escreve que "sem fé, é impossível agradar a Deus, pois é pela fé que nos conectamos a ele e aceitamos sua graça" (Agostinho, 1998, p. 420). Como Pincus (1985) explica,

"a fé, em Agostinho, não é apenas uma crença intelectual, mas uma confiança total em Deus, que serve de alicerce para toda a vida espiritual" (Pincus, 1985, p. 203). Portanto, para Agostinho, a fé, a esperança e o amor formam uma tríade essencial que guia o ser humano em sua busca pelo bem supremo.

3.4 A TRANSFORMAÇÃO INTERIOR PELA GRAÇA

O conceito de transformação interior pela graça é fundamental na obra de Santo Agostinho. Ele argumenta que a graça de Deus não apenas nos liberta do pecado, mas também transforma nossa natureza interior, capacitando-nos a viver de acordo com as virtudes. Ele afirma que "a graça de Deus nos transforma de dentro para fora, dando-nos um novo coração e novas disposições" (Agostinho, 2003, p. 215). Para Agostinho, essa transformação é o que permite ao ser humano viver de maneira verdadeiramente livre.

A transformação pela graça, segundo Agostinho, é um processo contínuo. Ele escreve que "a santificação é um processo que dura a vida inteira, no qual o ser humano é gradualmente conformado à imagem de Cristo" (Agostinho, 1997, p. 280). Isso significa que a prática das virtudes não é algo que o ser humano realiza por conta própria, mas é o resultado da obra transformadora de Deus em sua vida.

A ênfase de Agostinho na transformação interior pela graça nos desafia a reconsiderar nossas próprias vidas. Ele nos lembra que, por mais que tentemos viver de maneira moral e virtuosa, é Deus quem nos capacita a fazer o bem. Isso nos leva a uma atitude de humildade e dependência de Deus, reconhecendo que sem sua graça, não podemos viver de acordo com as virtudes.

Além disso, Agostinho argumenta que a transformação pela graça é o que permite ao ser humano experimentar a verdadeira liberdade. Ele afirma que "quando o ser humano é transformado pela graça, ele é liberto da escravidão do pecado e capacitado a viver de acordo com as virtudes" (Brown, 2003, p. 219). Isso reflete a crença de Agostinho de que a liberdade verdadeira só pode ser alcançada através da intervenção divina.

Por fim, Agostinho sugere que a prática das virtudes, quando enraizada na graça, é o caminho para a verdadeira felicidade. Ele escreve que "a verdadeira felicidade só pode ser alcançada quando o ser humano vive em comunhão com Deus e em conformidade com as virtudes" (Agostinho, 1999, p. 440). Isso significa que a

felicidade, para Agostinho, não é uma questão de circunstâncias externas, mas de uma vida vivida de acordo com a vontade de Deus.

A visão de Agostinho sobre a felicidade nos oferece uma compreensão mais profunda do que significa viver uma vida realizada. Ele nos lembra que a felicidade verdadeira não é encontrada nas coisas temporais, mas na comunhão com Deus. Isso nos desafia a reconsiderar nossas prioridades e a buscar uma vida orientada pelas virtudes e pela graça divina.

O conceito de transformação interior pela graça é fundamental na obra de Santo Agostinho. Ele argumenta que a graça de Deus não apenas nos liberta do pecado, mas também transforma nossa natureza interior, capacitando-nos a viver de acordo com as virtudes. Agostinho afirma que "a graça de Deus nos transforma de dentro para fora, dando-nos um novo coração e novas disposições" (Agostinho, 2003, p. 215). Para Agostinho, essa transformação é o que permite ao ser humano viver de maneira verdadeiramente livre. Como observado por Markus (1970), "a transformação da alma, por meio da graça, é o elemento central para Agostinho, que vê a liberdade como a capacidade de fazer o bem através da intervenção divina" (Markus, 2010, p. 122).

A transformação pela graça, segundo Agostinho, é um processo contínuo. Ele escreve que "a santificação é um processo que dura a vida inteira, no qual o ser humano é gradualmente conformado à imagem de Cristo" (Agostinho, 1997, p. 280). Bourke (1968) complementa destacando que "para Agostinho, a graça não apenas inicia, mas sustenta e aperfeiçoa a vida moral, sendo a força motriz por trás do crescimento contínuo em virtude" (Bourke, 1968, p. 194). Isso significa que a prática das virtudes não é algo que o ser humano realiza por conta própria, mas é o resultado da obra transformadora de Deus em sua vida.

Para Santo Agostinho, a verdadeira felicidade só pode ser encontrada na comunhão com Deus, o que redefine profundamente a busca humana por coisas temporais e materiais. Agostinho ensina que os bens materiais, embora não sejam maus em si, são transitórios e não podem oferecer a felicidade duradoura que o ser humano busca. Ele argumenta que a fixação nos prazeres e posses materiais desvia o indivíduo do bem supremo, que é Deus, levando a uma desordem no amor. Para Agostinho, o problema está em amar desordenadamente as coisas temporais, colocando-as acima do Criador. Dessa forma, ele propõe que a busca por felicidade deve ser orientada pela prática das virtudes, enraizadas na graça divina, que

direcionam o ser humano a amar corretamente — amar as coisas temporais de maneira adequada, sem perder de vista que a verdadeira realização e felicidade só são encontradas na eterna comunhão com Deus.

A ênfase de Agostinho na transformação interior pela graça nos desafia a reconsiderar nossas próprias vidas. Ele nos lembra que, por mais que tentemos viver de maneira moral e virtuosa, é Deus quem nos capacita a fazer o bem. Isso nos leva a uma atitude de humildade e dependência de Deus, reconhecendo que sem sua graça, não podemos viver de acordo com as virtudes. Como Friesen (2005) observa, “a ética agostiniana é uma ética de dependência, onde a virtude é impossível sem a graça transformadora de Deus” (Friesen, 2005, p. 89).

Além disso, Agostinho argumenta que a transformação pela graça é o que permite ao ser humano experimentar a verdadeira liberdade. Ele afirma que “quando o ser humano é transformado pela graça, ele é liberto da escravidão do pecado e capacitado a viver de acordo com as virtudes” (Brown, 2003, p. 219). Essa transformação é o que Agostinho considera ser a verdadeira liberdade, não a simples capacidade de escolher, mas a capacidade de escolher o bem, que só é alcançada com a ajuda divina. Para ele, sem a graça, o ser humano permanece prisioneiro de seus próprios desejos desordenados.

A visão de Agostinho sobre a felicidade nos oferece uma compreensão mais profunda do que significa viver uma vida realizada. Ele nos lembra que a felicidade verdadeira não é encontrada nas coisas temporais, mas na comunhão com Deus. Como Markus (1970) explica, “Agostinho redefine a felicidade como uma participação na vida divina, onde a graça e as virtudes orientam o ser humano para o seu fim último” (Markus, 2010, p. 156). Isso nos desafia a reconsiderar nossas prioridades e a buscar uma vida orientada pelas virtudes e pela graça divina.

3.5 A TRANSFORMAÇÃO INTERIOR PELA GRAÇA: VIRTUDES E LIBERDADE

Santo Agostinho enfatiza, em seus escritos, a centralidade da graça divina no processo de transformação interior do ser humano. Ele acreditava que a natureza humana, corrompida pelo pecado original, era incapaz de praticar o bem de maneira consistente sem a intervenção da graça de Deus. A graça, nesse sentido, atua como um agente de transformação, capacitando o ser humano a viver de acordo com as virtudes e, conseqüentemente, experimentar a verdadeira liberdade. Ele escreve: “A

graça de Deus nos transforma de dentro para fora, dando-nos um novo coração e novas disposições" (Agostinho, 2003, p. 215). Essa transformação é gradual e contínua, pois o ser humano, em sua condição natural, tende ao pecado e à desordem.

Essa visão agostiniana de transformação interior pela graça contrasta fortemente com visões mais autônomas da virtude e do livre-arbítrio, como as de filósofos clássicos, que viam a virtude como uma conquista exclusivamente humana, alcançada por meio do esforço pessoal.

Para Agostinho, no entanto, a graça divina é essencial para que o ser humano seja capaz de viver virtuosamente, uma vez que a vontade humana, sem a ajuda de Deus, está inclinada ao pecado. Ele afirma: "Sem a graça de Deus, a alma humana não pode fazer o bem" (Agostinho, 1997, p. 112).

Esse princípio é fundamental para compreender a ética agostiniana, na qual a dependência da graça é a chave para a transformação moral. A dependência de Agostinho na graça de Deus para a transformação moral reflete uma visão teocêntrica da ética, em que o ser humano não é o agente principal de sua própria santificação. Isso se contrapõe a filosofias que colocam o ser humano no centro de seu progresso moral. Agostinho propõe que o verdadeiro progresso moral só pode ocorrer por meio da cooperação da graça divina, o que oferece uma perspectiva profundamente espiritual sobre o desenvolvimento ético.

Para Agostinho, a transformação pela graça é mais do que uma mudança comportamental superficial; é uma renovação completa do coração e da mente. Ele escreve que "a santificação é um processo que dura a vida inteira, no qual o ser humano é gradualmente conformado à imagem de Cristo" (Agostinho, 1997, p. 280). Esse processo de conformação à imagem de Cristo é o que permite ao ser humano viver de acordo com as virtudes e, assim, experimentar a verdadeira liberdade. A prática das virtudes, portanto, não é algo que o ser humano realiza por conta própria, mas é o resultado da obra transformadora de Deus em sua vida.

Esse processo de transformação interior é, para Agostinho, o caminho para a verdadeira liberdade. Ele afirma que "quando o ser humano é transformado pela graça, ele é liberto da escravidão do pecado e capacitado a viver de acordo com as virtudes" (Agostinho, 2003, p. 192). Isso significa que a liberdade verdadeira, para Agostinho, não é simplesmente a capacidade de escolher entre o bem e o mal, mas a capacidade de escolher o bem consistentemente, algo que só é possível por meio da graça de Deus. Assim, a graça divina não apenas liberta o ser humano do pecado,

mas também o capacita a viver uma vida de virtude.

Além disso, Agostinho sugere que a prática das virtudes, quando enraizada na graça, é o caminho para a verdadeira felicidade. Ele escreve: "A verdadeira felicidade só pode ser alcançada quando o ser humano vive em comunhão com Deus e em conformidade com as virtudes" (Agostinho, 1999, p. 440). Isso significa que a felicidade, para Agostinho, não é uma questão de circunstâncias externas, mas de uma vida vivida de acordo com a vontade de Deus. Para ele, o ser humano só pode ser verdadeiramente feliz quando suas ações e escolhas estão alinhadas com o bem maior, que é Deus.

Para Santo Agostinho, a capacidade humana de fazer escolhas morais antes de experimentar a transformação pela graça está vinculada ao livre-arbítrio, que, mesmo corrompido pelo pecado original, ainda concede ao ser humano a habilidade de discernir entre o bem e o mal. No entanto, essa liberdade é limitada e enfraquecida, pois sem a graça divina, a vontade humana está inclinada ao mal, dificultando a escolha consistente pelo bem. Agostinho afirma que, embora o ser humano tenha a capacidade de fazer escolhas morais, sua verdadeira liberdade — a capacidade de escolher o bem de forma plena e consistente — só é plenamente realizada através da intervenção da graça. Assim, antes da graça, o ser humano pode, de maneira limitada, praticar atos moralmente bons, mas é a graça que liberta sua vontade das inclinações pecaminosas, capacitando-o a viver de acordo com as virtudes de forma estável e alcançar a verdadeira liberdade moral.

Essa ideia de que a felicidade está intimamente ligada à prática das virtudes enraizadas na graça divina revela uma visão profundamente teológica da ética. A felicidade, para Agostinho, não é uma busca individualista por prazer ou satisfação, mas uma consequência natural de viver em conformidade com a ordem divina. Ele afirma que "a alma só encontra descanso em Deus, e é somente por meio da graça que ela pode alcançar esse descanso" (Agostinho, 1997, p. 341).

Assim, a busca pela felicidade, na visão de Agostinho, é inseparável da busca pela comunhão com Deus. A relação entre virtude, graça e felicidade em Agostinho oferece uma compreensão mais profunda do que significa viver uma vida ética e realizada. Ele nos lembra que, embora possamos buscar a felicidade de várias maneiras, a verdadeira felicidade só pode ser encontrada em Deus e está intimamente ligada à prática das virtudes. Isso desafia as visões modernas de felicidade como uma conquista pessoal e nos convida a reconsiderar a importância da espiritualidade em

nossa busca pela realização pessoal.

Outro ponto importante na concepção agostiniana de transformação interior é o papel do livre-arbítrio. Embora o ser humano tenha a capacidade de escolher entre o bem e o mal, essa liberdade está sempre condicionada pela inclinação ao pecado. Agostinho afirma que "o livre-arbítrio, sem a graça de Deus, é insuficiente para conduzir o ser humano à verdadeira liberdade" (Agostinho, 1999, p. 390). Portanto, a liberdade humana está sempre limitada pela necessidade da graça divina. A graça é o que liberta o ser humano das amarras do pecado e o capacita a exercer seu livre-arbítrio de maneira virtuosa.

Agostinho também reconhece que a transformação pela graça não é um processo fácil ou rápido. Ele escreve que "a santificação é um processo contínuo, no qual o ser humano é chamado a cooperar com a graça de Deus" (Brown, 2003, p. 219). Esse processo de santificação envolve a luta constante contra as inclinações pecaminosas e o esforço deliberado de viver de acordo com as virtudes. Para Agostinho, a vida cristã é uma jornada de crescimento espiritual em que o ser humano é progressivamente conformado à imagem de Cristo.

O reconhecimento de Agostinho de que a santificação é um processo contínuo e difícil nos oferece uma visão realista da vida cristã. Ele nos lembra que o caminho para a verdadeira liberdade e virtude é uma jornada, e que essa jornada exige esforço, disciplina e, acima de tudo, dependência da graça de Deus. Isso desafia a visão simplista de que a moralidade é uma questão de escolha instantânea, oferecendo uma compreensão mais profunda e complexa do desenvolvimento ético.

Por fim, Agostinho sugere que a transformação pela graça não apenas capacita o ser humano a viver de maneira virtuosa, mas também o prepara para a vida eterna. Ele escreve que "a graça de Deus nos prepara para a vida eterna, onde seremos completamente livres do pecado e viveremos em perfeita comunhão com Deus" (Agostinho, 1999, p. 460). Assim, a prática das virtudes e a transformação pela graça não são apenas questões de vida presente, mas têm implicações eternas.

Santo Agostinho argumenta que a transformação pela graça é essencial para que o ser humano possa viver de acordo com as virtudes e alcançar a verdadeira liberdade. Essa transformação, para ele, não é uma simples mudança de comportamento, mas uma renovação profunda e interior da alma, capacitando o ser humano a superar sua inclinação ao pecado. Nas palavras de Gerald Bonner, especialista em Agostinho, "a graça é a ferramenta que molda o caráter moral,

orientando o homem para o bem supremo, que é Deus" (Bonner, 2002, p. 134). Assim, a liberdade verdadeira é obtida não pela autonomia absoluta, mas pela conformidade ao bem.

John M. Rist também enfatiza o papel central da graça no pensamento agostiniano, observando que, sem a intervenção divina, o ser humano estaria preso à sua natureza corrompida. Ele afirma que "Agostinho via a graça como a única força capaz de romper as cadeias do pecado e possibilitar a prática das virtudes" (Rist, 2013, p. 201). Essa visão reflete a crença de que a transformação interior não pode ser conquistada por esforços meramente humanos, mas exige a colaboração com a graça de Deus.

Peter Brown, outro estudioso de Agostinho, argumenta que "a transformação pela graça é um processo contínuo, no qual o ser humano é constantemente moldado e reformado à imagem de Cristo" (Brown, 2003, p. 289). Isso significa que a prática das virtudes e a busca pela santidade não são eventos pontuais, mas uma jornada de vida, onde o indivíduo é progressivamente conformado à vontade de Deus.

Além disso, Henry Chadwick, em sua análise sobre a ética de Agostinho, explica que a liberdade autêntica é possível apenas através da transformação do coração pelo amor de Deus. Ele observa que "a verdadeira liberdade, para Agostinho, é a capacidade de viver sem as restrições do pecado, algo que só é alcançado pela graça divina" (Chadwick, 1986, p. 165). Nesse sentido, a transformação interior pela graça é o que capacita o ser humano a viver em conformidade com as virtudes e a experimentar a verdadeira liberdade.

Para Elizabeth Clark, a transformação pela graça também implica um processo de renúncia às paixões desordenadas que afastam o ser humano de Deus. Ela aponta que "Agostinho via a graça como a força que reorienta o desejo humano, transformando-o para que esteja em harmonia com o amor divino" (Clark, 1996, p. 178). Dessa forma, o processo de santificação envolve tanto a conformidade moral quanto a reforma dos desejos internos, permitindo que o ser humano viva de acordo com o bem supremo.

Outro aspecto importante dessa transformação é o impacto da graça na liberdade humana. James Wetzel, especialista em filosofia agostiniana, defende que "a liberdade verdadeira em Agostinho é aquela que se manifesta quando a vontade humana é dirigida pela graça para o bem, superando a servidão ao pecado" (Wetzel, 2012, p. 94). A liberdade, portanto, não é entendida como a simples capacidade de

escolha, mas como a habilidade de escolher o bem de maneira consistente, uma habilidade concedida exclusivamente pela graça divina.

Além disso, Agostinho sugere que a prática das virtudes, quando enraizada na graça, conduz à verdadeira felicidade. Michael Hanby, em sua análise da relação entre virtude e graça, afirma que "a felicidade, para Agostinho, não pode ser encontrada nas coisas terrenas, mas somente na comunhão com Deus e na prática das virtudes transformadas pela graça" (Hanby, 2003, p. 210). Essa visão teológica da felicidade desafia concepções contemporâneas, que, muitas vezes, a veem como um estado de satisfação individual, desvinculado da dimensão espiritual.

Por fim, a transformação pela graça, segundo Agostinho, é o que capacita o ser humano não apenas a viver virtuosamente, mas também a alcançar a vida eterna. Marcia Colish destaca que "a graça não apenas restaura a liberdade e a virtude na vida presente, mas também prepara o ser humano para a vida futura em comunhão perfeita com Deus" (Colish, 1990, p. 357). Essa concepção aponta para a dimensão escatológica da graça, em que a vida virtuosa e transformada é vista como um prelúdio da felicidade eterna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do livre-arbítrio na perspectiva ética de Santo Agostinho revela uma profunda interseção entre filosofia e teologia, oferecendo uma abordagem que transcende a análise puramente racional do comportamento humano. Ao considerar o livre-arbítrio como um dom concedido por Deus ao ser humano, Agostinho constrói uma visão complexa na qual liberdade e responsabilidade estão intrinsecamente conectadas, sempre guiadas pela necessidade da graça divina. Suas reflexões sobre a vontade humana, a inclinação ao pecado e o papel central das virtudes proporcionam uma compreensão que vai além do campo moral, tocando em questões ontológicas e existenciais. A questão da responsabilidade moral daqueles que ainda não receberam a graça é um ponto delicado em sua teologia, mas Agostinho sugere que, mesmo sem a graça, o ser humano ainda possui um certo grau de liberdade para discernir o bem e o mal, embora sua capacidade de escolher o bem de maneira consistente seja enfraquecida.

A transformação interior pela graça é o elemento distintivo que separa a ética agostiniana de outras tradições filosóficas. Embora o ser humano, sem a graça, seja naturalmente inclinado ao mal devido ao pecado original, Agostinho defende que o livre-arbítrio, ainda que corrompido, permite uma certa responsabilidade moral, uma vez que o ser humano tem uma consciência inata do bem e do mal. A graça divina, no entanto, é o que habilita a vontade humana a realizar o bem de maneira plena e consistente. Isso significa que, embora a ausência de graça complique o exercício da liberdade moral, ela não elimina completamente a responsabilidade pelos atos praticados. A concepção agostiniana, portanto, desafia as noções modernas de autonomia e liberdade absoluta, propondo que a verdadeira liberdade só é plenamente alcançada através da subordinação à vontade de Deus e da prática das virtudes sustentadas pela caridade e pela graça.

Além disso, a análise de Agostinho sobre o mal como uma privação do bem, e não como uma substância em si, muda a forma como a ética entende a moralidade. O mal, para Agostinho, não é uma entidade autônoma que rivaliza com o bem, mas uma consequência da escolha errada e da negação da ordem divina. Quando o ser humano ama as coisas temporais mais do que a Deus, ele comete uma desordem no amor, a qual é a base do pecado. Para Agostinho, o amor corretamente ordenado — aquele que coloca Deus como o bem supremo — é o fundamento de toda a

moralidade. Nesse sentido, o amor se torna a virtude central da ética cristã, a qual todas as outras virtudes estão subordinadas.

A reflexão de Agostinho sobre a liberdade humana nos leva a uma concepção mais rica e espiritualizada da vida ética. Ao contrário da visão moderna, que frequentemente associa liberdade à ausência de restrições, Agostinho nos ensina que a verdadeira liberdade é a capacidade de escolher o bem de maneira contínua, e que isso só é possível através da graça divina. Sua visão crítica sobre a fragilidade da vontade humana após o pecado original ressalta a importância da dependência de Deus para que nossas ações sejam verdadeiramente morais. Portanto, a prática das virtudes não é apenas um exercício moral, mas também um processo de crescimento espiritual e de preparação para a vida eterna. Assim, aqueles que ainda não receberam a plenitude da graça são moralmente responsáveis por suas ações, pois possuem uma consciência inata do bem, mas precisam da graça para viver de acordo com a vontade de Deus de forma integral.

No que tange às virtudes teologais, especialmente a caridade, Santo Agostinho eleva o conceito de amor a um patamar transcendental. Para ele, a caridade é o que unifica todas as virtudes e permite que o ser humano viva em comunhão com Deus. A fé e a esperança complementam a caridade, criando um sistema virtuoso que guia o cristão em sua jornada espiritual. A fé permite o conhecimento de Deus, a esperança sustenta o fiel nas adversidades, e a caridade orienta todas as ações, garantindo que a vida moral seja vivida em conformidade com o bem supremo.

Por fim, o estudo do livre-arbítrio em Agostinho oferece não apenas uma contribuição valiosa para o campo da filosofia moral e da teologia, mas também uma proposta prática para o desenvolvimento ético pessoal. A transformação pela graça, a prática das virtudes e a busca por uma liberdade orientada pelo amor a Deus nos convidam a uma reflexão contínua sobre a importância de viver uma vida moralmente responsável e espiritualmente significativa. Agostinho nos deixa uma mensagem poderosa: a verdadeira felicidade e a liberdade autêntica só podem ser alcançadas quando o ser humano se volta para Deus e vive de acordo com as virtudes que Ele ordena. Essa visão, profundamente enraizada na tradição cristã, continua a ser uma fonte de inspiração e reflexão para as questões éticas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **De libero arbitrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira; revisão de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1992.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus: contra os pagãos**. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2012. 2 v. (Pensamento Humano).

AGOSTINHO, Santo. **De Civitate Dei**. São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril cultural, 1973.

AGOSTINHO, Santo. **De civitate Dei**. Tradução de Roberto Marinho. Lisboa: Gulbenkian, 1999.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Tradução, introdução e notas de Nair de Assis Oliveira. Ver. de Honório Dalbosco, São Paulo: Paulus, 1995.

ARMSTRONG, A. H. **St. Augustine and Christian Platonism**. London: Darton, Longman & Todd, 1981.

BEDUHN, Jason David. **The Manichaean Body: In Discipline and Ritual**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010.

CHADWICK, Henry. *Augustine*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

BONNER, Gerald. **Freedom and Necessity: St Augustine's Teaching on Divine Power and Human Freedom**. Catholic University of America Press, 2007.

BOURKE, Vernon J. **Augustine's Quest for Wisdom: Life and Philosophy of the Bishop of Hippo**. Milwaukee: Bruce Publishing Company, 1968.

BROWN, Peter. **Augustine of Hippo: A Biography**. Berkeley: University of California Press, 2003.

BROWN, Peter. **Santo Agostinho: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BURLEIGH, Michael. **Earthly Powers: The Clash of Religion and Politics in Europe from the French Revolution to the Great War**. New York: HarperCollins, 2005.

BURNABY, John. **Amor Dei: A Study of the Religion of St Augustine**. London: Hodder and Stoughton, 1940.

BURNYEAT, Myles. **The Truth of the Matter: A Study of Augustine's Philosophy of Free Will.** Princeton: Princeton University Press, 2005.

CARY, Phillip. **Augustine's Invention of the Inner Self: The Legacy of a Christian Platonist.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

CARY, Phillip. **Outward Signs: The Powerlessness of External Things in Augustine's Thought.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

CHADWICK, Henry. *Augustine.* Oxford: Oxford University Press, 1986.

CLARK, Elizabeth A. **Reading Renunciation: Asceticism and Scripture in Early Christianity.** Princeton: Princeton University Press, 1996.

COLISH, Marcia L. **The Mirror of Language: A Study in the Medieval Theory of Knowledge.** Lincoln: University of Nebraska Press, 1990.

CONKE, Marcio Silveira. **As raízes filosóficas da Epístola 7 de Santo Agostinho.** 2023. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Brasília, Editora UNB, 2023.

DEANE, Herbert A. **The Political and Social Ideas of St. Augustine.** New York: Columbia University Press, 2013.

DODARO, Robert. **Christ and the Just Society in the Thought of Augustine.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DODARO, Robert. *Christ and the Just Society in the Thought of Augustine.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DODARO, Robert. *Reading the Past, Writing the Future: Augustine in History.* In: JORDAN, Mark; KESSLER, H. Lawrence (Eds.). **The Mind of Augustine.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp. 89-112.

DOLOVICH, Sharon. *Ethical Principles for the Reform of the Penal System.* **Journal of Criminal Law and Criminology**, v. 102, n. 1, p. 233-258, 2012.

EVANS, G. R. **Augustine on Evil.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

EVANS, G. R. **The Problem of Evil: The Challenge to Essential Christian Beliefs.** London: Bloomsbury Publishing, 2010.

FITZGERALD, A. (Ed.). **Augustine through the Ages: An Encyclopedia.** Grand Rapids: Eerdmans, 1999.

FORTIN, Ernest L. **Augustine and the Limits of Politics.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

FRIESEN, Benjamin. **Ethics of Grace in Augustine.** London: HarperCollins, 2005.

GILSON, Étienne. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Roberto Romano. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GILSON, Étienne. **The Christian Philosophy of Saint Augustine**. New York: Random House, 2001.

GÓMEZ-LÓBO, Alfonso. **The Ethics of Free Will in Augustine's Philosophy**. New York: Cambridge University Press, 2006.

HANBY, M. **Augustine and Modernity**. London: Routledge, 2003.

HARRISON, Carol. **Rethinking Augustine's Early Theology: An Argument for Continuity**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

HELM, Paul. **Augustine: A Guide for the Perplexed**. London: T&T Clark, 2001.

HOLTE, Ragnar. **Free Will and Grace in St. Augustine's Writings**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KAPLAN, Benjamin. **Grace and Free Will in Augustine's Theology**. New York: Oxford University Press, 2014.

KREMER, Elmar. **The Problem of Evil in Augustine's Theodicy**. Albany: SUNY Press, 2006.

LEVERING, Matthew. **The Theology of Augustine: An Introductory Guide to His Most Important Works**. Grand Rapids: Baker Academic, 2010.

MACINTYRE, Alasdair. **Whose Justice? Which Rationality?** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.

MARION, Jean-Luc. **God Without Being: Hors-Texte**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MARKUS, Robert A. **Saeculum: History and Society in the Theology of St. Augustine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970

MARROU, Henri-Irénée. **Saint Augustin et la fin de la culture antique**. Paris: E. de Boccard, 1958.

MAY, Gerard. **Grace and Free Will in Augustine's Thought**. Grand Rapids: Eerdmans, 1999.

MÜLLER, Cornelius A. **O livre-arbítrio na tradição cristã: uma abordagem histórico-filosófica**. São Paulo: Paulus, 2015.

O'DONNELL, James. **Augustine: Confessions Commentary**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

O'DONNELL, James J. **Augustine**: A New Biography. New York: HarperCollins, 2005.

PINCUS, M. **The Love of Learning and the Desire for God in Augustine**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

RANKIN, David. **Augustine and Predestination**: The Prescience of Divine Will. London: SPCK, 1964.

REILLY, Patrick J. **The Will, Freedom, and Law in St. Augustine's Thought**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2000.

RIST, John M. **Augustine**: Ancient Thought Baptized. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

RIST, John M. **Augustine**: Ancient Thought Baptized. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RIST, John M. **Real Ethics**: Rethinking the Foundations of Morality. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SCHINDLER, David L. **Freedom, Truth, and Human Dignity**: An Essay on St. Augustine's Philosophy of Freedom. Grand Rapids: Eerdmans, 2008.

SCOTT, Michael. **Augustine and the Problem of Evil**: A Philosophical Reflection. Edinburgh: T&T Clark, 2001.

SMITH, Warren. **Augustine's Conversion and the Pelagian Controversy**. Grand Rapids: Baker Academic, 2009.

STEWART, Alicia. **The Ethics of Free Will in Augustine's Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2011.

STOCK, Brian. **Augustine the Reader: Meditation, Self-Knowledge, and the Ethics of Interpretation**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

STUMP, Eleonore. **Augustine on Free Will and Predestination**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STUMP, Eleonore. **Augustine on Free Will**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TAYLOR, Charles. **A Secular Age**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

TAYLOR, Charles. **Sources of the Self**: The Making of the Modern Identity. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

TESKE, Roland. **To Know God and the Soul**: Essays on the Thought of Augustine. Washington, D.C.: Catholic University of America Press, 1999.

VAN FLETEREN, Frederick. **Augustine on Freedom and the Human Will**. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2014.

WETZEL, James. **Augustine and the Limits of Virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WILLIAMS, Rowan. **Augustine and the Psalms: The Exegetical and Hermeneutical Method of Augustine**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMS, Thomas. **Augustine's Philosophy of Freedom**. New Haven: Yale University Press, 1986.